

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	15
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	17
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	83
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.576
Preferenciais	4.607
Total	9.183
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	606.053	623.735
1.01	Ativo Circulante	40.006	37.991
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	754	1.319
1.01.03	Contas a Receber	25.203	23.636
1.01.03.01	Clientes	25.203	23.636
1.01.04	Estoques	938	1.058
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.459	2.591
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.459	2.591
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.652	9.387
1.01.08.03	Outros	10.652	9.387
1.02	Ativo Não Circulante	566.047	585.744
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.870	2.855
1.02.01.03	Contas a Receber	5	5
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5	5
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	15	0
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	15	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.850	2.850
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.850	2.850
1.02.02	Investimentos	551.329	571.010
1.02.02.01	Participações Societárias	551.140	570.814
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	83.379	86.611
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	418.628	444.501
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	47.385	38.178
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.748	1.524
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	189	196
1.02.03	Imobilizado	11.848	11.879
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.848	11.879

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	606.053	623.735
2.01	Passivo Circulante	21.927	35.799
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9	70
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9	70
2.01.02	Fornecedores	4.831	9.669
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.831	9.669
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.798	7.881
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.798	7.114
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	7.114
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	767
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.667	8.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.667	8.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.667	8.000
2.01.05	Outras Obrigações	2.734	239
2.01.05.02	Outros	2.734	239
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	2.734	239
2.01.06	Provisões	7.888	9.940
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.888	9.940
2.02	Passivo Não Circulante	97.270	97.936
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	666
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	666
2.02.03	Tributos Diferidos	97.270	97.270
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.270	97.270
2.03	Patrimônio Líquido	486.856	490.000
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.994	11.994
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.994	11.994
2.03.04	Reservas de Lucros	29.600	29.600
2.03.04.01	Reserva Legal	1.941	1.941
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	27.659	27.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-85.611	-82.467
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	188.817	188.817

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.960	11.257	12.392	24.237
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-783	-1.268	-1.394	-2.726
3.03	Resultado Bruto	6.177	9.989	10.998	21.511
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.027	-13.133	-1.291	-22.920
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.789	-11.341	-11.492	-24.013
3.04.02.05	Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	-5.581	-10.326	-9.335	-20.440
3.04.02.10	Despesas Gerais e Administrativas	844	-1.015	-2.157	-3.573
3.04.02.11	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-2.052	0	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	96	0	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-284	-636	-653	-1.211
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.004	-1.156	10.854	2.304
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.204	-3.144	9.707	-1.409
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.204	-3.144	9.707	-1.409
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-139	6.023
3.08.02	Diferido	0	0	-139	6.023
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.204	-3.144	9.568	4.614
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	9.204	-3.144	9.568	4.614
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,01136	-0,68706	2,09091	1,0083
3.99.01.02	PNA	7,0099	-2,39452	7,28713	3,51409
3.99.01.03	PNB	2,79417	-0,95446	2,90468	1,40073

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	9.204	-3.144	9.568	4.614
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.204	-3.144	9.568	4.614

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.261	10.764
6.01.01	Recebimento de Consumidores	9.490	24.987
6.01.02	Pagamento a Fornecedores - Mat. Serviços	-16.913	-24.608
6.01.03	Pagamento de Salários e Encargos Sociais	-1.962	-995
6.01.04	Pagamento de Impostos e Contribuições	-5.728	-3.167
6.01.05	Encargos da Dívida	0	-1.140
6.01.06	Rendimento de Aplicação Financeira	80	62
6.01.07	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	19.815	15.883
6.01.08	Outras Despesas	-521	-258
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-52	-976
6.02.02	Aquisição de Investimentos	-52	-976
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.774	-12.582
6.03.01	Serviço da Dívida - Principal	-4.722	-3.333
6.03.03	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	0	-9.220
6.03.04	Outros	-52	-29
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-565	-2.794
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.319	4.071
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	754	1.277

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-82.467	188.817	490.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-82.467	188.817	490.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.144	0	-3.144
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.144	0	-3.144
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-85.611	188.817	486.856

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-85.265	188.817	487.202
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-85.265	188.817	487.202
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.614	0	4.614
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.614	0	4.614
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-80.651	188.817	491.816

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	11.257	30.399
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.257	30.399
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.965	-23.431
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-331
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.869	-23.313
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	2.012	0
7.02.04	Outros	-108	213
7.03	Valor Adicionado Bruto	292	6.968
7.04	Retenções	-32	-26
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	260	6.942
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-1.040	2.326
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.156	2.304
7.06.02	Receitas Financeiras	116	22
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-780	9.268
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-780	9.268
7.08.01	Pessoal	344	556
7.08.01.01	Remuneração Direta	344	556
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.268	2.865
7.08.02.01	Federais	1.041	2.380
7.08.02.02	Estaduais	227	485
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	752	1.233
7.08.03.01	Juros	752	1.233
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.144	4.614
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.144	4.614

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.099.708	2.119.934
1.01	Ativo Circulante	433.183	449.960
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	60.000	99.258
1.01.03	Contas a Receber	340.504	321.170
1.01.03.01	Clientes	340.504	321.170
1.01.03.01.01	Cosnumidores e Revendedores	314.805	305.941
1.01.03.01.09	Outros Créditos	25.699	15.229
1.01.04	Estoques	5.562	8.619
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.117	20.913
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.117	20.913
1.02	Ativo Não Circulante	1.666.525	1.669.974
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	818.930	799.490
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17.832	20.430
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	9.778	9.285
1.02.01.01.04	Depósitos Vinculados a Litígios	8.054	11.145
1.02.01.03	Contas a Receber	133.027	127.928
1.02.01.03.01	Clientes	112.929	110.371
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.098	17.557
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.298	20.517
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	16.298	20.517
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	651.773	630.615
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	287.957	286.877
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	363.816	343.738
1.02.02	Investimentos	281.078	285.119
1.02.02.01	Participações Societárias	281.078	285.119
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	281.078	283.399
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	1.720
1.02.03	Imobilizado	201.393	197.361
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	201.393	197.361
1.02.04	Intangível	365.124	388.004
1.02.04.01	Intangíveis	365.124	388.004
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	365.124	388.004

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.099.708	2.119.934
2.01	Passivo Circulante	638.460	627.946
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	74.785	75.250
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	74.785	75.250
2.01.01.02.01	Folha de Pagamento	21.845	19.636
2.01.01.02.03	Benefícios a Empregados	52.940	55.614
2.01.02	Fornecedores	123.254	142.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	123.254	142.987
2.01.03	Obrigações Fiscais	117.496	100.938
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	117.496	100.938
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	117.496	100.938
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	143.975	154.199
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	143.975	154.199
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	143.975	154.199
2.01.05	Outras Obrigações	163.041	134.025
2.01.05.02	Outros	163.041	134.025
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.666	5.291
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	117.795	106.169
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	38.580	22.565
2.01.06	Provisões	15.909	20.547
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.909	20.547
2.01.06.01.06	Outras Provisões	15.909	20.547
2.02	Passivo Não Circulante	752.627	777.682
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	312.162	332.030
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	312.162	332.030
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	312.162	332.030
2.02.02	Outras Obrigações	297.202	292.737
2.02.02.02	Outros	297.202	292.737
2.02.02.02.03	Benefícios a Empregados	212.163	215.657
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	78.692	74.688
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	6.347	2.392
2.02.03	Tributos Diferidos	98.854	98.639
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	98.854	98.639
2.02.04	Provisões	44.409	54.276
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	44.409	54.276
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	708.621	714.306
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.994	11.994
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.994	11.994
2.03.04	Reservas de Lucros	29.600	29.600
2.03.04.01	Reserva Legal	1.941	1.941
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	27.659	27.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-85.611	-82.467
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	188.817	188.817
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	221.765	224.306

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	333.040	653.670	316.207	605.319
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-251.894	-500.719	-238.346	-468.199
3.03	Resultado Bruto	81.146	152.951	77.861	137.120
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-33.044	-85.499	-42.177	-85.095
3.04.01	Despesas com Vendas	-25.199	-42.084	-16.098	-30.487
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.319	-47.747	-31.181	-64.496
3.04.02.01	Pessoal, Administradores e Conselheiros	-15.364	-29.641	-17.187	-27.992
3.04.02.02	Material	-519	-1.211	-839	-1.602
3.04.02.03	Serviços de Terceiros	-9.516	-18.485	-15.105	-21.126
3.04.02.04	Depreciação/Amortização	-552	-1.116	-560	-1.008
3.04.02.05	Benefícios a Empregados	-1.487	-3.578	-7.399	-16.433
3.04.02.08	Entidades de Previdência Privada	-683	-1.408	-681	-1.298
3.04.02.10	Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígios	17.434	11.602	12.674	10.136
3.04.02.11	Outras Provisões Reversões	0	0	4.007	3.358
3.04.02.15	Outras Despesas	-1.632	-3.910	-6.091	-8.531
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1.472	0	6.158
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-28	0	-4	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.502	2.860	5.106	3.730
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	48.102	67.452	35.684	52.025
3.06	Resultado Financeiro	-32.705	-52.018	-20.652	-31.979
3.06.01	Receitas Financeiras	8.665	17.909	7.138	13.923
3.06.02	Despesas Financeiras	-41.370	-69.927	-27.790	-45.902
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.397	15.434	15.032	20.046
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.327	-11.320	-2.204	-9.597
3.08.01	Corrente	-2.327	-11.320	-6.897	-11.061
3.08.02	Diferido	0	0	4.693	1.464
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.070	4.114	12.828	10.449
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	13.070	4.114	12.828	10.449

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.204	-3.144	9.568	4.614
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.866	7.258	3.260	5.835
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,01136	-0,68706	2,09091	1,0083
3.99.01.02	PNA	7,0099	-2,39452	7,28713	3,51409
3.99.01.03	PNB	2,79417	-0,95446	2,90468	1,40073

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	9.204	-3.144	9.568	4.614
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	9.204	-3.144	9.568	4.614
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	9.204	-3.144	9.568	4.614

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	64.719	31.678
6.01.01	Recebimento de Consumidores	1.055.411	966.931
6.01.02	Pagamento a Fornecedores - Mat. e Serviços	-109.102	-98.105
6.01.03	Pagamento a Fornecedores - E. Elétrica	-414.745	-390.845
6.01.04	Pagamento de Salários e Enc. Sociais	-103.939	-93.221
6.01.05	Pagamento de Encargos Setoriais	-118.285	-121.637
6.01.06	Pagamento de Impostos e Contribuições	-226.583	-216.328
6.01.08	Rendimento de Aplicações Financeiras	2.629	1.229
6.01.09	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	19.815	15.883
6.01.14	Pagamento de Encargos da Dívida	-27.639	-26.771
6.01.15	Outras Despesas	-12.843	-5.458
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-38.416	-19.717
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-37.779	0
6.02.04	Aquisição de Investimentos	-637	-17.305
6.02.05	Alienação de Investimentos	0	-2.412
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-65.561	-26.684
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	66.324	38.666
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-105.579	-31.697
6.03.04	Outros	-306	-3.239
6.03.05	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-26.000	-30.414
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-39.258	-14.723
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	99.258	60.231
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	60.000	45.508

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-82.467	188.817	490.000	224.306	714.306
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-82.467	188.817	490.000	224.306	714.306
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-9.799	-9.799
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	83	83
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-9.882	-9.882
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.144	0	-3.144	7.258	4.114
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.144	0	-3.144	7.258	4.114
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-85.611	188.817	486.856	221.765	708.621

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-85.265	188.817	487.202	224.711	711.913
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-85.265	188.817	487.202	224.711	711.913
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-10.601	-10.601
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	245	245
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-10.846	-10.846
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.614	0	4.614	5.835	10.449
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.614	0	4.614	5.835	10.449
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-80.651	188.817	491.816	219.945	711.761

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	988.252	915.699
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.001.525	917.339
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-13.273	-1.640
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-451.255	-440.982
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-330.879	-312.310
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-119.846	-124.833
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	11.602	13.494
7.02.04	Outros	-12.132	-17.333
7.03	Valor Adicionado Bruto	536.997	474.717
7.04	Retenções	-31.673	-21.662
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.673	-21.662
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	505.324	453.055
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.769	17.653
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.860	3.730
7.06.02	Receitas Financeiras	17.909	13.923
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	526.093	470.708
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	526.093	470.708
7.08.01	Pessoal	73.417	78.468
7.08.01.01	Remuneração Direta	67.279	59.675
7.08.01.02	Benefícios	6.138	18.793
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	359.175	315.459
7.08.02.01	Federais	178.132	148.014
7.08.02.02	Estaduais	181.043	167.445
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	89.387	66.332
7.08.03.01	Juros	69.927	45.902
7.08.03.02	Aluguéis	19.460	20.430
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.114	10.449
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.144	4.614
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	7.258	5.835

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resultado do período

A CEB apresentou, no segundo trimestre de 2011, um prejuízo líquido consolidado de R\$ 3.144 mil, em comparação ao lucro líquido consolidado de R\$ 4.614 mil no segundo trimestre de 2010 reapresentado.

O EBTIDA da CEB no período em análise foi de R\$ 96.265 mil comparados a R\$ 63.795 mil no mesmo período do ano anterior, um crescimento de 51%.

O aumento do EBTIDA no segundo trimestre de 2011 deve-se, principalmente, crescimento na receita da receita operacional e ao expressivo expurgo da depreciação.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com o fornecimento bruto de energia elétrica na CEB Distribuição foi de R\$ 884.212 no segundo trimestre de 2011 em comparação a R\$ 804.317 no mesmo período de 2010, um aumento de 10,00%.

Descrição	Valor	
	2º Trimestre de 2011	2º Trimestre de 2010
Fornecimento		
Residencial	350.488	324.976
Industrial	45.505	54.344
Comercial	305.001	255.907
Rural	13.379	11.980
Poder Publico	105.087	95.371
Iluminação Pública	32.209	27.979
Serviço Público	36.363	33.192
Fornecimento Não Faturado Líquido	(3.820)	564
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	884.212	804.317

A distribuição por consumo por Classe em Mwh é o seguinte para o período analisado:

Comentário do Desempenho

Consumo

Consumo por Classe - MWh	Mwh		
	Jun/11	Jun/10	Var %
Residencial	985.097	968.903	2%
Industrial	114.976	209.244	(45%)
Comercial	902.267	817.548	10%
Rural	59.717	57.232	4%
Poder Público	287.648	273.750	5%
Iluminação Pública	181.288	167.559	8%
Serviço Público	165.266	160.438	3%
Consumo Próprio	976	1.298	(25%)
Total	2.697.235	2.655.972	2%

O consumo de energia elétrica no DF cresceu 2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe residencial que participou com 36,52% do consumo total, cresceu apenas 2% explicado pelo aumento de 1,5% no número de consumidores dessa classe, atingindo o total de 751.509 consumidores e 11.245 novas ligações no ano.

A classe Industrial decresceu 45%, consumindo 114.976 MWh, contra 209.244 no mesmo período de 2010. Esta classe representa 4,26% do consumo total.

A classe Comercial consumiu 902.267 MWh, o que representou um crescimento de 10%. Esta classe representa 33,45% do consumo total. No final do trimestre eram atendidos 143.184 consumidores.

A classe rural consumiu 59.717 MWh e cresceu 4% e atingiu o total de 9.514 consumidores.

As outras classes (poder público, iluminação pública, serviço público e consumo próprio) consumiram 635.178 MWh, aumento de 5,3% no período. Estas classes de consumo equivalem a 23,55% do consumo total.

Desempenho Econômico - financeiro

A receita bruta consolidada no segundo trimestre de 2011 cresceu 9,9% em relação ao mesmo período de 2010 rerepresentado, R\$ 1.001.525, em 2011, contra R\$ 911.181 em 2010 (rerepresentado), enquanto que os Custos Totais cresceram 6,9% nominais. Desta forma, o Lucro Operacional Bruto sofreu uma variação positiva de 11,5% comparado ao primeiro trimestre de 2010 (rerepresentado), atingindo o montante de R\$ 152.951 em 2011, contra R\$ 137.120 em 2010.

As Despesas Operacionais em 2011 atingiram o montante de R\$ 88.359 contra R\$ 94.987, portanto uma diminuição de 7%, desta forma resultou no Lucro Operacional Líquido

Comentário do Desempenho

(Resultado do Serviço) de R\$ 64.592 em 2011, aumento de 53,30% em relação ao período anterior, que atingiu o montante de R\$ 42.133.

As Despesas Financeiras Líquidas apresentaram um substancial aumento de 62,66% em 2011 comparativamente ao mesmo período de 2010, passando de R\$ 31.979 para R\$ 52.018, que somado ao maior provisionamento do IR e da CSLL resultou no prejuízo de R\$ 3.144 em 2011 contra um lucro de R\$ 4.614 em 2010.

O EBITDA, composto pelo lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 96.265mil em 2011, contra R\$ 63.795em 2010.

O aumento do EBITDA no período de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010, deve-se principalmente, ao crescimento das rubricas Receitas Totais 9,9% e a exclusão dos efeitos das despesas com depreciação e amortização.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2011

Valores expressos em milhares de Reais

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 – Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sua sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, controlada pelo Governo do Distrito Federal.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços e energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

1.2 – Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Nome da investida	Tipo	Participação acionária	
		31.12.2010	30.06.2011
<i>Em controladas</i>			
CEB Distribuição S.A.	Distribuidora	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geradora	100%	100%
CEB Participação S.A.	Geradora	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Geradora	59,93%	59,93%
Companhia Brasileira de Gás	Gás	17%	17%
<i>Em controladas em conjunto</i>			
Energética Corumbá III S.A.	Geradora	37,5%	37,5%
<i>Em coligadas</i>			
Corumbá Concessões S.A.	Geradora	36,95%	36,95%

a) Controladas

- CEB Distribuição S.A. – A CEB Distribuição S.A. (“CEB-D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

A CEB Distribuição S.A. é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal. É detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado nos termos do referido contrato de concessão.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

i) *Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB-D*

A Companhia vem apresentando deficiência de capital de giro e prejuízos acumulados. Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as informações financeiras intermediárias foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação dos referidos planos, associada ao apoio de seu controlador indireto, Governo do Distrito Federal, será suficiente para a continuidade normal das operações no curto prazo e possibilitará colocar a Companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazos.

ii) *Compromisso de Subscrição de Ações*

Em 23 de janeiro de 2006, foi firmado o instrumento particular “Compromisso de Subscrição de Ações” entre a Companhia Energética de Brasília – CEB e a CEB Distribuição S.A., com a participação da CEB Lajeado S.A. e do Distrito Federal na qualidade de Intervenientes Anuentes, estabelecendo que:

A CEB compromete-se a subscrever e a integralizar, até 31 de dezembro de 2012, prazo este alterado pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEB Distribuição S.A., correspondente ao valor histórico total de R\$ 142,7 milhões, atualizado para R\$ 163,4 milhões em 31 de dezembro de 2010.

A Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, previa o aporte inicial em dezembro de 2006. Entretanto, a Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007, alterou o cronograma de aportes, conforme valores atualizados mostrados a seguir:

Anos dos Aportes	Valor
Dezembro de 2008	20.030
Dezembro de 2009	37.311
Dezembro de 2010	37.311
Dezembro de 2011	37.311
Dezembro de 2012	37.311
Total	169.274

Como garantia do aporte do valor total da subscrição, a CEB constituiu, em favor da CEB Distribuição S.A., penhor sobre 33.830.000 (trinta e três milhões, oitocentos e trinta mil) ações ordinárias da CEB Lajeado S.A., de sua propriedade, devendo o valor desta garantia ser reduzido na proporção em que forem acontecendo às integralizações.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

O § 1º do Art. 5º da Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, determina que: “Dos recursos oriundos de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, relativos à CEB Distribuição, no mínimo, 40% (quarenta por cento) deverão ser destinados ao referido aporte de capital”.

Por sua vez, o § 3º do Art. 5º da citada Resolução, estabelece que na hipótese da insuficiência dos dividendos e juros sobre o capital próprio, a CEB holding deverá aportar os recursos necessários no capital social da CEB Distribuição, cujo aporte anual não poderá ser inferior ao montante do referido compromisso.

A CEB integralizou na CEB Distribuição S.A., a parcela das ações subscritas relativa a 2008, com valor histórico de R\$ 20.030 mil. A integralização das demais parcelas dar-se-á por meio de um imóvel, cuja avaliação (R\$ 274.400 mil) foi aprovada pela Assembléia Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 2009. Após a autorização da ANEEL, o referido ativo foi destinado à Empresa distribuidora e está contabilizado no Patrimônio Líquido com o valor avaliado.

Entretanto, a Agência reguladora reconhecerá a integralização das ações por meio do imóvel, apenas quando ocorrer sua alienação, considerando o valor financeiro líquido da operação, deduzidos os impostos relacionados. O processo de alienação foi iniciado no último trimestre de 2009 e encontra-se com duas alternativas excludentes em curso: a) alienação por meio de leilão; e b) alienação por intermédio de venda direta para a Empresa Imobiliária do Distrito Federal (Terracap). Seja qual for a hipótese prevalecente, está assegurado o valor da avaliação aprovado na citada Assembléia Extraordinária de Acionistas.

Havia a previsão de conclusão do processo de alienação no decorrer de 2010, apesar das tentativas a empresa não obteve sucesso. Em 2011 a empresa retomará o processo possibilitando o completo atendimento do “Compromisso de Subscrição de Ações” formalizado pelas empresas envolvidas, inclusive de forma antecipada. A conclusão da operação destinará os recursos necessários e suficientes para que a CEB Distribuição S.A. continue o intenso programa de investimentos iniciado em 2007, permitindo a recuperação e as ampliações necessárias do sistema de distribuição de energia da área de concessão e assegurando o adequado padrão de qualidade da energia fornecida a seus clientes.

- CEB Geração S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648 de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.
- CEB Participações S.A. – CEBPar – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritariamente ou minoritariamente.

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG-CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- CEB Lajeado S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) das ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) das ações da Companhia.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

A CEB Lajeado em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante e 85,31% do capital social da INVESTCO S.A., sociedade por ações constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, Estado do Tocantins.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte integrante do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS – sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518 de 10 de janeiro de 2001, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

i) *Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB Gás*

A Companhia entrou em operação parcial em 08 de novembro de 2007. A operação parcial é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil – Bolívia ao Distrito Federal.

b) **Controlada em conjunto com outros acionistas**

- Energética Corumbá III S.A. – sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A composição acionária da investida em 30 de junho de 2011 é apresentada conforme a seguir:

Acionistas	ON	%	PN	%	Subscrito	a Realizar	Realizado
Energ Power S.A.	3.551.709	20	-	-	3.551.709	1.760.211	1.791.498
Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.	7.896.379	20	-	-	7.896.379	1.165.506	6.730.873
Companhia Energética de Brasília - CEB	15.198.260	20	30.396.523	50	45.594.783	977.296	44.617.488
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG G&T	15.198.260	20	30.396.523	50	45.594.783	977.296	44.617.488
Geração C III S.A.	18.948.434	20			18.948.434		18.948.434
Total	60.793.042	100	60.793.046	100	121.586.088	4.880.309	116.705.781

c) **Coligadas**

- Corumbá Concessões S.A. – sociedade por ações, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A composição acionária da investida em 30 de junho de 2011 é apresentada conforme a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Acionistas	ON	%	PNA	%	PNB	%	TOTAL	%
Serveng -Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	129.849.830	53,23	-	-	-	-	129.849.830	18,73
Companhia Energética de Brasília - CEB	52.809.968	21,65	203.199.943	63,03	-	-	256.009.911	36,94
C & M Engenharia Ltda.	17.103.426	7,01	-	-	-	-	17.103.426	2,46
Fundo de Investimentos em Participações BRB Corumbá Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	-	-	-	-	126.666.666	100	126.666.666	18,28
Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	12.500.000	5,12	37.500.000	11,63	-	-	50.000.000	7,21
CEB Participações S.A. - CEBPAR	25.000.000	10,24	74.999.999	23,26	-	-	99.999.999	14,43
	6.642.500	2,72	6.642.500	2,06	-	-	13.285.000	1,91
Total	243.905.724	100	322.342.442	100	126.666.666	100	692.914.832	100

i) *Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Corumbá Concessões S.A.*

A coligada Corumbá Concessões S.A. apresenta, em 30 de junho de 2011, situação financeira desfavorável, representada por excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante. Os planos da Administração relacionados a esse assunto e que foram descritos nas notas explicativas às informações financeiras intermediárias da Corumbá Concessões S.A. são os seguintes: otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais; buscar parcerias com órgãos regulatórios para vislumbrar alternativas de eficiência energética; buscar parcerias com comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização, a fim de manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente; aferir e otimizar sistematicamente os custos operativos; rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente, e diminuir os custos de financiamentos, adequando-os à capacidade de geração de caixa operacional; e investir em processos de governança corporativa (código de ética, processo de compras e contratos, intranet corporativa etc.).

- Investco (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – companhia de capital aberto que tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). A composição acionária da investida em 30 de junho de 2011 é apresentada conforme a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Acionistas	ON	%	PNR	%	PNA	%	PNB	%	PNC	%	TOTAL	%
CEB Lajeado S.A.	80.440	19,99	51.112	20,00	980	6,02	1.031	19,99	-	-	133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	6,99	343	2,10	361	7,01	-	-	46.747	5,94
EDP Energias do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,01	186.559	73,01	6.685	41,04	3.764	73,00	-	-	490.616	62,38
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	-	-	-	-	6.425	39,44	-	-	-	-	6.425	0,81
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	-	1.650	10,13	-	-	-	-	1.650	0,20
Outros	-	-	-	-	206	1,26	-	-	71.252	66,4670	71.458	9,08
Total	402.202	100	255.560	100	16.289	100	5.156	100	107.199	100	786.406	100

1.3 – Autorizações e concessões das operações

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
DISTRIBUIÇÃO			
CEB Distribuição S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
GERAÇÃO			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
OUTROS			
CEBGÁS S/A	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1. Base de preparação

As Informações Financeiras Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as Informações Financeiras Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Trimestrais - ITRs foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2010. Dessa

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pela Diretoria em 14 de julho de 2011.

A Companhia não está apresentando a demonstração dos resultados abrangentes em razão de não haver transação passível de alocação nessa demonstração.

A emissão destas Informações Trimestrais - ITR foi autorizada pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2012.

2.2. *Reapresentação das Informações Trimestrais para fins de comparação*

Conforme divulgado nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia adotou as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e os normativos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todos os normativos foram adotados pela Companhia com aplicação retrospectiva ao exercício de 2009 e para a data de 1º de janeiro de 2009, que foi a data de transição da adoção das novas normas. Dessa forma, apresentamos a seguir os efeitos no resultado para o período de seis e três meses findos em 30 de junho de 2010 e no patrimônio líquido em 30 de junho de 2010, com exceção dos saldos patrimoniais cujos detalhamentos e explicações estão contidos nas notas explicativas às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

a) Demonstração dos ajustes e reclassificações efetuados no resultado:

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2010 - Consolidado

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

	01.01.2010 a 30.06.2010	Reclassificações	Ajustes		01.01.2010 a 30.06.2010 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	543.844	-	61.475	(i)	605.319
Custo com Energia Elétrica	(319.070)	(20.430)	2.015	(ii)	(337.485)
Custo de Operação	(100.892)	24.357	(33.739)	(iii)	(110.274)
Custo do serviço prestado a terceiros	(20.440)	-	-		(20.440)
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	103.442	3.927	29.751		137.120
Despesas Operacionais	(88.510)	(410)	95		(88.825)
Despesas com vendas	(30.487)	-			(30.487)
Despesas gerais e administrativas	(57.993)	(6.592)	89	(iv)	(64.496)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(30)	6.182	6	(v)	6.158
Receitas (Despesas) Financeiras	(36.801)	2.645	2.177	(vi)	(31.979)
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.853	-	(3.123)	(vii)	3.730
= RESULTADO OPERACIONAL	(15.016)	6.162	28.900		20.046
= LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CSLL E IR	(15.016)	6.162	28.900		20.046
IR e CSLL - Corrente	(4.747)	(6.162)	(152)	(viii)	(11.061)
IR e CSLL - Diferido	1.464	-			1.464
= LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(18.299)	-	28.748		10.449
Atribuído aos acion. da empresa controladora	6.955	-	(1.120)		5.835
Atribuído aos acion. não controladores	(25.254)	-	29.868		4.614

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS****Detalhamento dos ajustes:**

Item	Descrição dos ajustes	Valor dos ajustes
(i)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	29.548
	Contratos de construção (CPC 17) - CEB Distribuição	39.326
	Outros Ajustes	(7.399)
		<u>61.475</u>
(ii)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	1.504
	Outros Ajustes	511
		<u>2.015</u>
(iii)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	198
	Contratos de concessão (ICPC 01/IFRIC 12) - CEB Distribuição	2.715
	Contratos de construção (CPC 17) - CEB Distribuição	(39.326)
	Outros Ajustes	2.674
		<u>33.739</u>
(iv)	Outros ajustes	89
(v)	Outros Ajustes	6
(vi)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	(336)
	Outros Ajustes	2.513
		<u>2.177</u>
(vii)	Ajuste Equivalência Patrimonial (Empresas não consolidadas) - CEB Holding	(3.123)
(viii)	Outros Ajustes	(152)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Período de três meses findo em 30 de junho de 2010 - Consolidado

	<u>01.04.2010 a</u> <u>30.06.2010</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Ajustes</u>		<u>01.04.2010 a</u> <u>30.06.2010</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	255.764	-	60.443	(i)	316.207
Custo com Energia Elétrica	(157.585)	(7.656)	(6.079)	(ii)	(171.320)
Custo de Operação	(1.675)	(34.236)	(21.780)	(iii)	(57.691)
Custo do serviço prestado a terceiros	(9.256)	(79)	-		(9.335)
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	87.248	(41.971)	32.584		77.861
Despesas Operacionais	(88.436)	41.058	95		(47.283)
Despesas com vendas	(30.487)	14.389	-		(16.098)
Despesas gerais e administrativas	(57.993)	26.723	89	(iv)	(31.181)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	44	(54)	6	(v)	(4)
Receitas (Despesas) Financeiras	(22.663)	913	1.098	(vi)	(20.652)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.869	-	(763)	(vii)	5.106
= RESULTADO OPERACIONAL	(17.982)	-	33.014		15.032
= LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CSLL E IRPJ	(17.982)	-	33.014		15.032
IR e CSLL - Corrente	(6.201)	(665)	(31)	(viii)	(6.897)
IR e CSLL - Diferido	4.028	665	-		4.693
= LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(20.155)	-	32.983		12.828
Atribuído aos acion. da empresa controladora	4.066	-	(806)		3.260
Atribuído aos acion. não controladores	(24.221)	-	33.789		9.568

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS****Detalhamento dos ajustes:**

Item	Descrição dos ajustes	Valor dos ajustes
(i)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	39.748
	Contratos de construção (CPC 17) - CEB Distribuição	24.495
	Outros Ajustes	(3.800)
		<u>60.443</u>
(ii)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	(6.469)
	Outros Ajustes	390
		<u>6.079</u>
(iii)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	198
	Contratos de concessão (ICPC 01/IFRIC 12) - CEB Distribuição	1.527
	Contratos de construção (CPC 17) - CEB Distribuição	(24.495)
	Outros Ajustes	990
		<u>21.780</u>
(iv)	Outros ajustes	89
(v)	Outros Ajustes	6
(vi)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	(158)
	Outros Ajustes	1.256
		<u>1.098</u>
(vii)	Ajuste Equivalência Patrimonial (Empresas não consolidadas) - CEB Holding	(763)
(viii)	Outros Ajustes	(31)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2010 - Controladora

	01.01.2010 a 30.06.2010	Reclassificações	Ajustes	01.01.2010 a 30.06.2010 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21.511	-	-	21.511
Custo com Energia Elétrica	-	-	-	-
Custo de Operação	(3.927)	3.927	-	-
Custo do serviço prestado a terceiros	(20.440)	-	-	(20.440)
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(2.856)	3.927	-	1.071
Despesas Operacionais	354	2.235	-	2.589
Despesas com vendas	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	354	(3.927)	-	(3.573)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	6.162	-	6.162
Receitas (Despesas) Financeiras	(1.211)	-	-	(1.211)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(27.564)	-	29.868	2.304
= RESULTADO OPERACIONAL	(31.277)	6.162	29.868	4.753
= LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CSLL E IRPJ	(31.277)	6.162	29.868 (i)	4.753
IR e CSLL - Corrente	6.023	(6.162)	-	(139)
IR e CSLL - Diferido	-	-	-	-
= LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(25.254)	-	29.868	4.614

(i) Refere-se ao ajustes de equivalência patrimonial decorrentes dos ajustes realizados nas empresas coligadas e controladas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Período de três meses findo em 30 de junho de 2010 - Controladora

	01.04.2010 a 30.06.2010	Reclassificações	Ajustes	01.04.2010 a 30.06.2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.998	-	-	10.998
Custo com Energia Elétrica	-	-	-	-
Custo de Operação	(2.511)	2.511	-	-
Custo do serviço prestado a terceiros	(9.335)	-	-	(9.335)
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(848)	2.511	-	1.663
Despesas Operacionais	354	(2.511)	-	(2.157)
Despesas com vendas	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	354	(2.511)	-	(2.157)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	-	-	-
Receitas (Despesas) Financeiras	(653)	-	-	(653)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(22.935)	-	33.789 (i)	10.854
= RESULTADO OPERACIONAL	(24.082)	-	33.789	9.707
= LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CSLL E	(24.082)	-	33.789	9.707
IR e CSLL - Corrente	(139)	-	-	(139)
IR e CSLL - Diferido	-	-	-	-
= LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍ	(24.221)	-	33.789	9.568

(i) Refere-se ao ajustes de equivalência patrimonial decorrentes dos ajustes realizados nas empresas coligadas e controladas.

b) Conciliação do patrimônio Líquido:

	30/06/2010	30/06/2010
Patrimonio Líquido anteriormente apresentado	346.402	346.402
Ajustes acumulados no PL em 31.12.2009 (*)	115.546	115.546
Reclassificação da participação dos acionistas não controladores (**)	-	219.945
Ajustes no resultado do 2º Trimestre 2010 Acumulado - Controladores (***)	29.868	29.868
Efeito da adoção das novas práticas	145.414	365.359
Patrimônio Líquido rerepresentado	491.816	711.761

* Vide demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010.

** Vide Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido..

*** Vide detalhamento dos ajustes nos quadros de reconciliação da DRE acima.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir, a descrição dos principais ajustes e reclassificações decorrentes da aplicação dos novos Pronunciamentos Técnicos do CPC e das IFRS nas informações financeiras intermediárias evidenciadas anteriormente:

- i. **Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual)** - Determinados ativos e passivos regulatórios foram baixados pela Companhia por não atenderem às definições de ativos e passivos em conformidade com o Pronunciamento CPC e as IFRS - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.
- ii. **Contratos de concessão - ativo intangível e ativo financeiro indenizável (ICPC 1 e IFRIC 12)** - Essas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e dos direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessa interpretação e do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infra-estrutura necessária para a realização dos serviços públicos; e (ii) um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pelo concedente.

A Companhia registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviços pertencentes à concessão, mensurados ao custo histórico, e que serão reversíveis no final da concessão. Estes ativos são mantidos ao custo amortizado e são remunerados, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório antes dos impostos), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais.

A Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infra-estrutura utilizada na atividade de distribuição de energia elétrica nas suas datas de aquisição. Assim, foi utilizado o valor contábil para mensurar o ativo intangível e o ativo financeiro indenizável na data de transição (1º de janeiro de 2009).

- iii. **Contratos de construção (CPC 17)** - Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.
- iv. **Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26/IAS 1)**: Este Pronunciamento tem como objetivo a definição da base para a apresentação das demonstrações contábeis e para assegurar a sua comparabilidade, tanto com as de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo. O imposto de renda e a contribuição social diferidos cujas expectativas de realização ocorrem nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis eram registrados no ativo circulante, conforme previsto na Instrução CVM 371/2002. Em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 26, os ativos e passivos fiscais diferidos passaram a ser apresentados integralmente no ativo/passivo não circulante.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

3 PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as informações financeiras intermediárias das controladas, controladas em conjunto e coligadas mencionadas na Nota Explicativa 1.

Empresa	Percentual da Participação (%)	
	30.06.2011	31.12.2010
CEB Distribuição S.A.	100	100
CEB Participações S.A.	100	100
CEB Geração S.A.	100	100
CEB Lajeado S.A.	59,93	59,93
CEBGAS S.A.	17	17
Energética Corumbá III S.A. (consolidação proporcional)	37,5	37,5

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Uniformização das práticas contábeis entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócio entre as empresas.

3.1. Base de consolidação

a. Combinações de negócios

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2011 ou após essa data

Não houve aquisições societárias no Grupo após a data de transição da adoção das IFRS.

b. Participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Conseqüentemente nenhum ágio ou resultado é reconhecido.

c. Investimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (*joint venture*) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

d. Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder votante da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as receitas e despesas e as variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas do Grupo, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação do Grupo nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que o Grupo tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos, ou obrigação por passivo a descoberto.

e. Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando a operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que auferir da operação conjunta.

f. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. Considerações gerais

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b. Valor Justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

c. Gerenciamento de Risco

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das Companhias.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade da Companhia. Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração. A CEB somente contrata recursos em moeda nacional, com taxas pré-fixadas, visando à garantia do resultado esperado nas operações e suas correspondentes liquidações. Dessa forma, a Administração entende que os riscos são minimizados e as operações da Companhia não correm riscos adicionais.

i. Risco de Crédito

- Distribuidora – A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a Companhia apresenta níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Na notas explicativas nº 04 estão descritos os critérios e os valores registrados relativos à imparidade da carteira de crédito. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A Distribuidora possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

- Controladas e Coligadas – São empresas que possuem como principal cliente a CEB Distribuição. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à Companhia riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativização de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

ii. Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB Distribuidora, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 01 às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, a CEB Distribuição vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos nos resultados dos últimos exercícios. Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

iii. Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas Explicativas nº 08 e 22, respectivamente, às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através da Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, que requer sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia estima que a taxa de CDI em 30.06.2012 será de 12,75% (cenário de um ano), diante disso, fez uma análise dos efeitos nos Empréstimos e Financiamentos advindos de uma alta na taxa de CDI em relação a 30 de junho de 2011, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários, possível e remoto, a taxa do CDI em 30 de junho de 2012 seria de 15,94% e 19,13% respectivamente.

Passivos Financeiros	Risco	Base 30.06.2011	Cenários Projetados 30.06.2012		
			Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos	Alta da taxa do CDI	260.201	295.250	304.020	312.789
Passivo Líquido Exposto		260.201	295.250	304.020	312.789
Efeito Líquido da Variação da CDI		-	(35.049)	(43.819)	(52.588)

Os demais empréstimos foram contratados com taxas pré-fixadas, dessa forma não foram objeto de avaliação no quadro acima.

iv. Risco Cambial

São riscos provenientes das oscilações nos preços das moedas estrangeiras (dólar, principalmente), frente à moeda nacional (real).

A Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação CVA protege a empresa de eventual perda. Entretanto essa compensação se realizará somente através do consumo. Para avaliar o impacto de flutuações na taxa de câmbio foi feita uma análise utilizando cenários projetados.

Análise de Sensibilidade

Para o cenário base, foram ponderados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.06.2011 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio (R\$/US\$ 1,68) prevista nas expectativas de mercado do relatório Focus do Bacen de 30.06.2011. Para os outros cenários, adverso e remoto foi considerado uma deterioração de 25% e 50% respectivamente. Esta projeção considera a posição do cenário base simulada em 30.06.2012.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar-americano) está demonstrada a seguir:

Passivos Financeiros	Risco	Base 30.06.2011	Cenários Projetados 30.06.2012		
			Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do Dólar	14.910	16.046	20.057	24.068
Passivo Líquido Exposto		14.910	16.046	20.057	24.068
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		-	(1.136)	(5.147)	(9.158)

v. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

5 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infra-estrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S/A;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio das empresas CEB Geração S/A, CEB Lajeado S/A, CEB Participações S/A e Energética Corumbá III S/A. Cabe ressaltar que 82% da energia gerada é comercializada dentro do próprio grupo com a CEB Distribuição S/A.;
- Distribuição e comercialização de gás combustível canalizado – tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás combustível canalizado. Atua por intermédio da CEB Gás S/A.
- Holding – tem como atribuição a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no segundo trimestre de 2011.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 e 2010 está incluída abaixo:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>Distribuição</u>	<u>Geração</u>	<u>Gás</u>	<u>Outros</u>	<u>Eliminações</u>	<u>30.06.2011</u>
RECEITA OPERACIONAL	970.733	70.581	3.962	11.257	(55.008)	1.001.525
Fornecimento de energia elétrica	884.212	67.821	3.962	-	(55.008)	900.987
Energia de Curto Prazo	6.980	2.529	-	-	-	9.509
Disponibilização do Sistema de Transm. e Distrib.	15.480	-	-	-	-	15.480
Receita da Prestação de Serviços	2.777	231	-	11.257	-	14.265
Arrendamento e Aluguéis	9.498	-	-	-	-	9.498
Receita de Construção	47.662	-	-	-	-	47.662
Outras receitas operacionais	4.124	-	-	-	-	4.124
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(338.796)	(6.949)	(842)	(1.268)	-	(347.855)
Impostos	(179.128)	(846)	(842)	(227)	-	(181.043)
Contribuições	(85.249)	(6.103)	-	(1.041)	-	(92.393)
Encargos do Consumidor	(74.419)	-	-	-	-	(74.419)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	631.937	63.632	3.120	9.989	(55.008)	653.670
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(505.181)	(36.876)	(3.344)	-	55.008	(490.393)
Custo de bens e/ou serviços	-	-	(2.952)	-	-	(2.952)
Custo com Energia Elétrica	(378.461)	(29.491)	-	-	54.099	(353.853)
Energia elétrica comprada para revenda	(314.071)	(347)	-	-	54.099	(260.319)
Energia elétrica comprada para revenda - CP	(3.402)	(418)	-	-	-	(3.820)
Encargos de uso da rede elétrica	(60.988)	(5.752)	-	-	-	(66.740)
Arrendamento	-	(19.460)	-	-	-	(19.460)
Compensação Financ. Utiliz. De Recursos Hídricos	-	(3.514)	-	-	-	(3.514)
Custo de Operação	(126.720)	(7.385)	(392)	-	909	(133.588)
Pessoal e Administradores	(32.044)	(838)	-	-	-	(32.882)
Entidade de Previdência Privada	(1.152)	-	-	-	-	(1.152)
Material	(1.074)	(12)	-	-	-	(1.086)
Serviço de Terceiros	(16.005)	(1.898)	-	-	-	(17.903)
Depreciação e Amortização	(26.654)	(3.766)	(137)	-	-	(30.557)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(1.141)	(242)	-	-	-	(1.383)
Custo de Construção	(47.662)	-	-	-	-	(47.662)
Outros Custos de Operação	(988)	(629)	(255)	-	909	(963)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-	-	-	(10.326)	-	(10.326)
Serviço de Terceiros	-	-	-	(10.326)	-	(10.326)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	126.756	26.756	(224)	(337)	-	152.951

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS**

	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	30.06.2011
Despesas Operacionais	(84.966)	(2.389)	11	(1.015)	-	(88.359)
Despesas com vendas	(42.084)	-	-	-	-	(42.084)
Pessoal e Administradores	(4.756)	-	-	-	-	(4.756)
Material	(1.911)	-	-	-	-	(1.911)
Serviço de Terceiros	(21.262)	-	-	-	-	(21.262)
Propaganda e Publicidade	(10)	-	-	-	-	(10)
Depreciação e Amortização	-	-	-	-	-	-
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(13.273)	-	-	-	-	(13.273)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litfóio	-	-	-	-	-	-
Benefício a Empregados	-	-	-	-	-	-
Outras provisões (reversões)	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	(872)	-	-	-	-	(872)
Despesas gerais e administrativas	(42.882)	(1.838)	-	(3.027)	-	(47.747)
Pessoal e Administradores	(29.042)	(255)	-	(344)	-	(29.641)
Entidade de Previdência Privada	(1.408)	-	-	-	-	(1.408)
Material	(1.198)	(10)	-	(3)	-	(1.211)
Serviço de Terceiros	(14.577)	(1.368)	-	(2.540)	-	(18.485)
Depreciação e Amortização	(1.062)	(22)	-	(32)	-	(1.116)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litfóio	11.651	(49)	-	-	-	11.602
Benefício a Empregados	(3.578)	-	-	-	-	(3.578)
Outras provisões (reversões)	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	(3.668)	(134)	-	(108)	-	(3.910)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	-	(551)	11	2.012	-	1.472
RESULTADO DO SERVIÇO	41.790	24.367	(213)	(1.352)	-	64.592
Receitas (Despesas) Financeiras	(52.470)	1.088	-	(636)	-	(52.018)
Receitas Financeiras	14.565	3.228	-	116	-	17.909
Acréscimo moratório em conta de energia	3.260	-	-	-	-	3.260
Variação cambial sobre faturas de energia	931	-	-	-	-	931
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.005	1.928	-	81	-	3.014
Atualizações monetárias	4.106	-	-	-	-	4.106
Multas e penalidades aplicadas	1.498	-	-	-	-	1.498
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	3.765	1.300	-	35	-	5.100

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS**

	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	30.06.2011
Despesas Financeiras	(67.035)	(2.140)	-	(752)	-	(69.927)
Encargos de dívidas	(27.416)	(1.263)	-	(722)	-	(29.401)
Variação Cambial sobre faturas de energia	(163)	-	-	-	-	(163)
Atualizações monetárias	(15.376)	-	-	-	-	(15.376)
Atualização benefício pós-emprego	(4.488)	-	-	-	-	(4.488)
Compensação de descontinuidade de energia	(3.334)	-	-	-	-	(3.334)
Multas e penalidades aplicadas	(15.248)	-	-	(30)	-	(15.278)
Outras Despesas financeiras	(1.010)	(877)	-	-	-	(1.887)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	6.091	-	(1.156)	(2.075)	2.860
	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	(10.680)	31.546	(213)	(3.144)	(2.075)	15.434
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CSLL E IRPJ	(10.680)	31.546	(213)	(3.144)	(2.075)	15.434
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(4.243)	(7.077)	-	-	-	(11.320)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	-	-	-	-	-	-
Participação dos Minoritários	-	-	-	-	-	(7.258)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(14.923)	22.972	(213)	(3.144)	(2.075)	(3.144)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>Distribuição</u>	<u>Geração</u>	<u>Gás</u>	<u>Outros</u>	<u>Eliminações</u>	<u>30.06.2011</u>
RECEITA OPERACIONAL	866.020	69.516	2.937	24.237	(51.529)	911.181
Fornecimento de energia elétrica	804.317	64.278	-	-	(51.529)	817.066
Energia de Curto Prazo	1.376	5.007	-	-	-	6.383
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	11.391	-	-	-	-	11.391
Receita da Prestação de Serviços	1.267	231	-	24.237	-	25.735
Arrendamento e Aluguéis	7.078	-	-	-	-	7.078
Receita de Construção	39.326	-	-	-	-	39.326
Outras receitas operacionais	1.265	-	2.937	-	-	4.202
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(296.707)	(5.805)	(624)	(2.726)	-	(305.862)
Impostos	(161.131)	(5.205)	(624)	(485)	-	(167.445)
Contribuições	(76.429)	-	-	(2.241)	-	(78.670)
Encargos do Consumidor	(59.147)	(600)	-	-	-	(59.747)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	569.313	63.711	2.313	21.511	(51.529)	605.319
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(455.897)	(40.744)	(2.647)	-	51.529	(447.759)
Custo com Energia Elétrica	(355.744)	(31.036)	(2.234)	-	51.529	(337.485)
Energia elétrica comprada para revenda	(295.930)	(2.145)	-	-	51.529	(246.546)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(2.435)	-	-	-	-	(2.435)
Encargos de uso da rede elétrica	(57.379)	(5.950)	-	-	-	(63.329)
Arrendamento	-	(20.430)	-	-	-	(20.430)
Compensação Financ. Utiliz. De Recursos Hídricos	-	(2.511)	-	-	-	(2.511)
Outros	-	-	(2.234)	-	-	(2.234)
Custo de Operação	(100.153)	(9.708)	(413)	-	-	(110.274)
Pessoal e Administradores	(24.630)	(1.383)	(63)	-	-	(26.076)
Entidade de Previdência Privada	(1.062)	-	-	-	-	(1.062)
Material	(1.267)	(76)	(2)	-	-	(1.345)
Serviço de Terceiros	(16.742)	(3.307)	(73)	-	-	(20.122)
Depreciação e Amortização	(16.438)	(4.076)	(140)	-	-	(20.654)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(1.003)	(201)	-	-	-	(1.204)
Custo de Construção	(39.326)	-	-	-	-	(39.326)
Outros Custos de Operação	315	(665)	(135)	-	-	(485)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-	-	-	(20.440)	-	(20.440)
Pessoal	-	-	-	-	-	-
Material	-	-	-	(213)	-	(213)
Serviço de Terceiros	-	-	-	(20.227)	-	(20.227)
Outros Custos	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS**

RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	113.416	22.967	(334)	1.071	-	137.120
	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	30.06.2011
Despesas Operacionais	(91.410)	(4)	-	2.589	-	(88.825)
Despesas com vendas	(30.487)	-	-	-	-	(30.487)
Pessoal e Administradores	(5.607)	-	-	-	-	(5.607)
Material	(20)	-	-	-	-	(20)
Serviço de Terceiros	(20.852)	-	-	-	-	(20.852)
Propaganda e Publicidade	(1.446)	-	-	-	-	(1.446)
Depreciação e Amortização	-	-	-	-	-	-
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(1.640)	-	-	-	-	(1.640)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	-	-	-	-	-	-
Benefício a Empregados	-	-	-	-	-	-
Outras provisões(reversões)	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	(922)	-	-	-	-	(922)
Despesas gerais e administrativas	(60.923)	-	-	(3.573)	-	(64.496)
Pessoal e Administradores	(27.436)	-	-	(556)	-	(27.992)
Entidade de Previdência Privada	(1.298)	-	-	-	-	(1.298)
Material	(1.484)	-	-	(118)	-	(1.602)
Serviço de Terceiros	(18.040)	-	-	(3.086)	-	(21.126)
Depreciação e Amortização	(982)	-	-	(26)	-	(1.008)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	9.782	-	-	354	-	10.136
Benefício a Empregados	(16.433)	-	-	-	-	(16.433)
Outras provisões (reversões)	3.358	-	-	-	-	3.358
Outras Despesas	(8.390)	-	-	(141)	-	(8.531)
Outras Receitas (despesas) Operacionais	-	(4)	-	6.162	-	6.158
RESULTADO DO SERVIÇO	22.006	22.963	(334)	3.660	-	48.295
Receitas (Despesas) Financeiras	(31.049)	272	9	(1.211)	-	(31.979)
Receitas Financeiras	11.726	2.166	9	22	-	13.923
Acréscimo moratório em conta de energia	4.658	-	-	-	-	4.658
Variação cambial sobre faturas de energia	1.324	-	-	-	-	1.324
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	1.746	9	-	-	1.755
Atualizações monetárias	2.310	-	-	-	-	2.310
Multas e penalidades aplicadas	566	-	-	-	-	566
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	2.868	420	-	22	-	3.310

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>Distribuição</u>	<u>Geração</u>	<u>Gás</u>	<u>Outros</u>	<u>Eliminações</u>	<u>30.06.2011</u>
Despesas Financeiras	(42.775)	(1.894)	-	(1.233)	-	(45.902)
Encargos de dívidas	(26.267)	(1.334)	-	(1.179)	-	(28.780)
Variação Cambial sobre faturas de energia	(1.707)	-	-	-	-	(1.707)
Atualizações monetárias	359	-	-	-	-	359
Atualização benefício pós-emprego	(9.782)	-	-	-	-	(9.782)
Compensação de descontinuidade de energia	-	-	-	-	-	-
Multas e penalidades aplicadas	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas financeiras	(5.378)	(560)	-	(54)	-	(5.992)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	5.940	-	2.304	(4.514)	3.730
RESULTADO OPERACIONAL	(9.043)	29.175	(325)	4.753	(4.514)	20.046
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CSLL E IRPJ	(9.043)	29.175	(325)	4.753	(4.514)	20.046
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(5.165)	(5.757)	-	(139)	-	(11.061)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	1.464	-	-	-	-	1.464
Participação dos Minoritários	-	-	-	-	-	(5.835)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(12.744)	23.418	(325)	4.614	(4.514)	4.614

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Caixa e bancos conta-movimento	101	81	3.312	52.053
Aplicações financeiras de liquidez imediata	653	1.238	56.688	47.205
Total	754	1.319	60.000	99.258

As aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, baixo risco de perda de valor em caso de resgate antecipado e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

7 CONTAS A RECEBER

A composição dos valores oriundos da atividade de energia elétrica resulta das rubricas Consumidores, Concessionárias e Permissionárias, Serviços Prestados a Terceiros, Títulos de Crédito a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

a. Composição do contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	25.203	-	450.590	411.910
Serviços Prestados a Terceiros	0	23.636	27.838	45.466
Títulos de Créditos a Receber	-	-	30.275	26.631
Total a Receber	25.203	23.636	508.703	484.007
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	0	-	(80.969)	(67.695)
SubTotal	25.203	23.636	427.734	416.312
Total Circulante	25.203	23.636	314.805	305.941
Total Não Circulante	-	-	112.929	110.371

b. Valores a receber por idade de vencimento (consolidado)

Descrição	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 30.06.2011	Total 31.12.2010
Classes de Consumidores					
Residencial	22.169	25.246	28.788	76.203	74.442
Industrial	2.514	1.131	2.699	6.344	6.114
Comércio, Serviços e Outros	23.718	14.683	38.865	77.266	60.329
Rural	1.441	1.237	4.913	7.591	7.461
Poder Público	7.727	2.561	78.963	89.251	88.762
Iluminação Pública	5.437	14	54.477	59.928	54.488
Serviço Público	6.693	19	4.920	11.632	11.176
Subtotal Consumidores	69.699	44.891	213.625	328.215	302.772
Serviço Taxado	498	436	783	1.717	1.306
Concessionárias e Permissionárias	3.450	783	1.899	6.132	6.620
Serviços Prestados a Terceiros (i)		1.429	23.774	25.203	23.636
Títulos de Créditos a Receber					829
Fornecimento Não Faturado				83.070	86.891
Acréscimo Moratório Conta de Energia				55.364	56.535
Parcelamento a Faturar CP e LP				10.698	5.703
Arrecadação a Classificar				(2.285)	(1.567)
Outros				589	1.282
TOTAL	73.647	47.539	240.081	508.703	484.007
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa				(80.969)	(67.695)
Saldo do contas a receber líquido	73.647	47.539	240.081	427.734	416.312

(i) Valores relativos ao contas a receber da controladora.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

c. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (consolidado)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados e as estimativas dos valores não faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

A seguir, um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

Descrição	30.06.2011	31.12.2010
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias	25.791	24.914
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias	2.632	2.000
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias	46.313	32.569
Rural - Vencidos há mais de 360 dias	3.820	3.794
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	71.962	72.398
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias	32.790	28.851
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias	4.824	3.926
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias	1.891	2.000
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado	<u>(109.054)</u>	<u>(102.757)</u>
Total	<u>80.969</u>	<u>67.695</u>

Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Saldo em 31.12.2010	<u>67.695</u>
Adições	13.274
Baixas	-
Saldo em 30.06.2011	<u>80.969</u>

d. Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal, devido à CED Distribuição S.A., não provisionados conforme quadro acima, são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal vencidos há mais de 360 dias, compostos por fornecimento de energia elétrica, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente, perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão andamento e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir, a composição desses créditos:

Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias	30.06.2011	31.12.2010
Secretarias de Governo	55.706	52.564
Administrações Regionais	36.635	32.024
Empresas do GDF	15.780	15.215
Outras	933	2.954
Total	<u>109.054</u>	<u>102.757</u>

8 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
ICMS		-	6.951	3.821
ISS	23	-	23	-
COFINS	160	-	161	777
PIS	42	-	42	231
IRPJ	1.995	2.253	14.982	10.928
CSLL	239	338	4.942	5.148
Outros (a)		-	16	8
Total Circulante	2.459	2.591	27.117	20.913
ICMS		-	9.756	13.975
IRPJ		-	3.401	3.401
CSLL		-	3.141	3.141
Total não Circulante	-	-	16.298	20.517
Total	2.459	2.591	43.415	41.430

Os valores relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB Distribuição S.A são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. No entanto a CEB Distribuição não possui controles analíticos e estudo sobre eventuais perdas desses créditos, que possibilitem demonstrar que as compensações estão sendo realizadas em conformidade com a referida legislação. A Companhia está em processo de preparação e avaliação da adequação das compensações dos créditos tributários já realizados, cuja finalização não ocorreu até o presente momento.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

9 OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Créditos com Empregados	-	-	3.711	1.670
Energia Livre/Energia de Curto Prazo	-	-	-	102
Serviços em Curso	817	-	4.387	1.573
Títulos de Crédito a Receber (a)	-	-	17.349	17.328
Cauções em Garantia	-	-	2.369	-
Fundação de Previdência – FACEB	-	-	4.082	1.919
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	35	-	5.237	4.409
Dividendos a Receber	9.800	9.369	6.215	4.415
Outros	15	18	2.447	1.370
TOTAL	10.667	9.387	45.797	32.786
Circulante	10.652	9.387	25.699	15.229
Não Circulante	15	-	20.098	17.557

(a) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferências cumulativas e resgatáveis classes “A” e “B” emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.

10 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Vencimento	Consolidado	
		30.06.2011	31.12.2010
Aplicação Financeira (a)	2019	8.241	7.699
Fundos Vinculados a Empréstimo e Financiamento (b)	2023	1.537	1.586
Total		9.778	9.285

a) A Controlada CEB Participações participa com 4,7% do Fundo de Investimento em Participação – FIP Corumbá, o qual possui as seguintes características, conforme normas constantes no seu regulamento:

- O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM no. 391/03, e destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da companhia Corumbá Concessões S.A.;
- Seu prazo de duração é de 15 anos, portanto, o resgate se dará a partir de 2019;
- O objetivo do fundo é obter remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especiais da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos;
- Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação do fundo; e

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

- Possui rentabilidade garantida por meio de contrato com a remuneração de IGPM + juros de 8,5% ao ano e reconhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá IV, a partir de 2019, conforma cláusula contratual.

A Companhia tem interesse em manter o investimento até o seu resgate, que ocorrerá em 2019 e possui capacidade financeira para manter este instrumento financeiro até o vencimento. De acordo com o regulamento do FIP, a responsabilidade da Companhia está limitada as suas cotas.

- b) Refere-se à aplicação em conta de reserva conforme determina o contrato de financiamento junto ao BNDES. A remuneração dessa aplicação é equivalente a aproximadamente 95% da rentabilidade dos títulos públicos federais. O prazo de aplicação é até a liquidação total do financiamento junto ao BNDES (15 de dezembro de 2.023).

11 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras on-line efetuadas pelas instituições financeiras nas contas correntes da CEB Distribuição S.A., em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil, além das Cauções referentes a leilões de energia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Bloqueios Judiciais Contingências Trabalhistas e Cíveis	5	5	5.794	6.286
Cauções	-	-	1.095	3.582
Depósitos recursais	-	-	1.165	1.277
Total	5	5	8.054	11.145

12 BENS DESTINADOS A ALIENAÇÃO

			Controladora	
Imóveis	Localidade	Tamanho	30.06.2011	31.12.2010
Terreno	Diversas Localidades		2.850	2.850
Total			2.850	2.850

			Consolidado	
Imóveis	Localidade	Tamanho	30.06.2011	31.12.2010
Terreno	QI 10 Lotes 25 a 38/DF	10.500 m ²	1.569	1.569
Terreno	Setor Noroeste S I A Norte PR 155/1 DF (a)	284.160 m ²	274.400	274.400
Terreno	Diversas Localidades		3.949	2.850
Móveis	Diversos bens para venda		8.039	8.058
Total			287.957	286.877

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

- (a) Em 2009, o controlador aumentou o capital da Companhia por meio de um terreno avaliado pelo seu valor justo na data do referido aumento de capital a fim de atender o “Compromisso de Subscrição de Ações” constante da Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007. A ANEEL, por meio do Ofício 1.358/2009 – SFF/ANEEL, de 18 de setembro de 2009 ressaltou que a Resolução nº 958/2007 somente seria cumprida após a alienação do imóvel. A Companhia fez duas tentativas de venda do terreno, mediante licitação, em 22 de julho de 2010 e 03 de agosto de 2010 e não compareceram proponentes, restando deserta a licitação. Em 27 de setembro de 2011, a Companhia Energética de Brasília – CEB comunicou ao mercado fato relevante onde demonstra a determinação do Governo do Distrito Federal – GDF em capitalizar a CEB e a CEB Distribuição S.A – CEB D, via contratação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essa operação envolve a aquisição do terreno referido acima pelo GDF. Entretanto, a possível aquisição do terreno pelo GDF dependerá do desfecho final da operação de empréstimo junto ao BNDES, cuja carta consulta foi protocolada pelo GDF no dia 05 de janeiro de 2012. O imóvel continua registrado pelo valor que ingressou na Companhia por meio do mencionado aumento de capital que não supera o valor justo, que foi apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada.

13 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 004/2001 e aditivos posteriores, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador), está dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da Companhia, e refere-se a infra-estrutura investida nas concessões que serão objeto de indenização do Poder concedente ao final da concessão.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	343.738
Adições	20.504
Baixas	<u>(426)</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>363.816</u>

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

14 INVESTIMENTOS

a) Participações em Empresas Coligadas e Controladas

Discriminação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações detidas pela CEB	Valor Contábil 30.06.2011	Valor Contábil 31.12.2010
CEB Distribuição S.A.	350.532	245.532	100%	100%	350.532.450	245.533	260.456
CEB Geração S.A.	7.575	16.934	100%	100%	7.575.212	16.934	13.172
CEB Participações S.A.	41.271	49.998	100%	100%	41.270.415	49.998	51.414
CEB Lajeado S.A.(i)	145.656	325.718	59,93%	59%	82.013.911	105.944	110.950
Companhia Brasileira de Gás S.A.	4.371	2.398	17%	51%	30.600	408	427
Corumbá Concessões S.A. (ii)	375.453	216.928	36,95%	9%	256.009.911	83.380	86.612
Energética Corumbá III S.A.	121.586	124.103	37,50%	25%	45.594.793	47.384	46.261
BSB Energética S.A.	1.957	20.146	9%	9%	176.157	1.559	1.524
Outros	-	-	-	-	-	189	194
Total						551.329	571.010

i) O valor do Investimento inclui o saldo de R\$ 7.006 da Reserva de Investimento da Controlada que por força de acordo de Acionista é integralmente da CEB, independentemente do percentual de participação de cada acionista; e

ii) O valor do Investimento inclui o saldo de R\$ 3.232, referente à Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

• Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Controladora	31.12.2010	Aumento de capital	Dividendos	Outros	Resultado de equivalência	30.06.2011
CEB Distribuição S/A	260.456				(14.923)	245.533
CEB Geração S/A	13.172				3.762	16.934
CEB Participações S/A	51.414		(6.032)		4.616	49.998
CEB Lajeado S/A	110.950		(12.540)		7.534	105.944
Companhia Brasileira de Gás S/A	427	17			(36)	408
Corumbá Concessões S/A	86.612				(3.232)	83.380
Energética Corumbá III S/A	46.261				1.123	47.384
TOTAL	569.292	17	(18.572)	-	(1.156)	549.581

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

b) Resultado de participações em Coligadas e Controladas

Discriminação	Resultado da Empresa no semestre	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas 30.06.2011	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas 30.06.2010
CEB Distribuição S.A.	(14.923)	(14.923)	(12.744)
CEB Geração S.A.	3.762	3.762	5.480
CEB Participações S.A.	4.616	4.616	4.604
CEB Lajeado S.A.	13.471	7.534	6.187
Companhia Brasileira de Gás S.A.	(212)	(36)	(55)
Corumbá Concessões S.A.	(8.745)	(3.232)	(2.210)
Energética Corumbá III S.A.	2.998	1.123	1.042
BSB Energética S.A.	(425)	-	-
Total	542	(1.156)	2.304

c) Investimentos em Controladas e Coligadas no Consolidado

Segue abaixo os investimentos diretos e indiretos que não são consolidados em razão da CEB não possuir o controle e nem exercer influencia significativa:

Consolidado	30.06.2011	31.12.2010
Consórcio Queimado e outros (investimento indireto por meio da CEBPar)	7.615	7.503
Investco S.A. e outros (investimento indireto por meio da CEB Lajeado S.A.)	179.517	173.426
Corumbá Concessões S.A. (investimento direto não consolidado)	91.361	94.583
BSB Energética S.A. (investimento direto não consolidado)	1.559	1.524
Outros	1.026	8.083
Total	281.078	285.119

d) Informações adicionais sobre empresa de controle conjunto

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Contas Patrimoniais	30.06.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa	3.011	2.004
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	2.397	2.549
Outros Créditos	176	-
Fundos Vinculados	4.099	4.227
Imobilizado	213.853	214.872
Intangível	273	271
Total de Ativos	223.809	223.923

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Contas Patrimoniais	30.06.2011	31.12.2010
Fornecedores	312	102
Títulos e Contribuições Sociais	329	340
Taxas e Encargos Regulamentares	398	313
Obrigações Estimadas	45	40
Dívidas com Pessoas Ligadas	11.186	28.901
Dividendos a Pagar		1.467
Folha de Pagamento	5	10
Empréstimos, Financiamentos e Encargos (CP e LP)	87.358	90.942
Outras Obrigações	74	-
Patrimônio Líquido	124.102	101.808
Total Passivo + Patrimônio Líquido	223.809	223.923

Contas de Resultado	De 01.04.2011 a 30.06.2011	Em 30.06.2011	De 01.04.2010 a 30.06.2010	Em 30.06.2010
Receita Operacional	7.717	15.047	6.977	13.596
Deduções da Receita	(355)	(693)	(321)	(675)
Custos e Despesas Operacionais	(2.483)	(5.728)	(2.651)	(5.590)
Resultado Financeiro	(1.889)	(3.707)	(2.009)	(4.024)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	5	(1.468)	(10)	(10)
Impostos e Contribuições Sociais	(234)	(454)	(83)	(281)
Lucro	2.761	2.997	1.903	3.016

15 IMOBILIZADO

Esses ativos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzidos de depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%.

Descrição	Controladora				
	30.06.2011 Custo	30.06.2011 Depreciação	30.06.2011 Valor Líquido	31.12.2010 Valor Líquido	de Depreciações Taxas Anuais (%)
Imobilizado em Serviço					
Terrenos				10.280	
Máquinas e Equipamentos	474	(132)	342	371	3,3 a 6,7
Veículos	97	(97)	-	0	20
Móveis e Utensílios	148	(22)	126	123	10
Outros	7	(6)	2	7	
Subtotal	726	(257)	470	10.781	
Imobilizado em Curso	11.378	-	11.378	1.098	
Total	12.104	(257)	11.848	11.879	

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Consolidado				Taxas Anuais de Depreciações (%)
	30.06.2011 Custo	30.06.2011 Depreciação	30.06.2011 Valor Líquido	31.12.2010 Valor Líquido	
Imobilizado em Serviço					
Terrenos	10.659	-	10.659	10.298	
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	58.019	(4.056)	53.963	91.252	2,0 a 7,7
Edificações	20.570	(7.720)	12.850	5.204	2,0 a 4,0
Máquinas e Equipamentos	64.473	(29.650)	34.823	11.206	3,3 a 6,7
Veículos	7.414	(6.939)	475	673	20
Móveis e Utensílios	4.124	(2.494)	1.630	1.094	10
Outros	1.827	(6)	1.821	7	
Subtotal	167.086	(50.865)	116.221	119.734	
Imobilizado em Curso	85.172	-	85.172	77.627	
Total	252.258	(50.865)	201.393	197.361	

16 INTANGÍVEL

a) Composição do Intangível

Descrição	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor Líquido 30.06.2011	Valor Líquido 31.12.2010
a) Intangíveis direito de uso da concessão				
Direito de uso da concessão	264.648	(90.094)	174.554	199.569
(-) Obrigações Especiais (*)	(28.503)	-	(28.503)	(32.053)
Em Serviço	236.145	(90.094)	146.051	167.516
Direito de uso da concessão	101.473	-	101.473	80.964
(-) Obrigações Especiais (*)	(21.491)	-	(21.491)	(3.782)
Em Curso	79.982	-	79.982	77.182
Total do direito de uso da concessão	316.127	(90.094)	226.033	244.698
b) Outros Intangíveis				
Em serviço	46.384	(35.953)	10.431	11.632
Em curso	2.092	-	2.092	1.698
Direito de Exploração de Concessão (**)	158.946	(32.378)	126.568	129.512
Total outros Intangíveis	207.422	(68.331)	139.091	142.842
TOTAL	523.549	(158.425)	365.124	387.540

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

(*) **Obrigações vinculadas à concessão** - São representadas pelos valores e/ou bens recebidos de consumidores, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a concessionária. Para fins de elaboração do balanço patrimonial, os saldos dessas obrigações foram deduzidos do ativo intangível, conforme Instrução do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro indenizável (Nota 13).

(**) A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investco S.A. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco e seus acionistas. Instrumento este que estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452 mil, que também representa 20% da dívida da Investco para com a Eletrobrás. Esse valor será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

b) Movimentação do Intangível

	<u>Direito de uso da concessão</u>		<u>Outros Intangíveis</u>			<u>Total</u>
	<u>Em Serviço</u>	<u>Em Curso</u>	<u>Em Serviço</u>	<u>Em Curso</u>	<u>Direito de Exploração Concessão</u>	
Ativo Intangível em 31.12.2010	167.517	77.182	12.096	1.697	129.512	388.004
Adições	4.542	47.661	-	395		52.598
Baixas	(610)	(27.154)	(464)			(28.228)
Amortização	(28.947)	-	(1.201)		(2.944)	(33.092)
Obrigações Especiais	3.549	(17.707)				(14.158)
Ativo Intangível em 30.06.2011	146.051	79.982	10.431	2.092	126.568	365.124

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

17 FORNECEDORES

A composição do saldo da conta “Fornecedores” é a seguinte:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	12.847	12.417
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	64.410	67.394
Materiais e Serviços	4.831	9.669	45.997	63.176
Total Geral	4.831	9.669	123.254	142.987

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

a) Obrigações Tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
ICMS	-	1	90.547	76.584
ISS	9	281	1.242	1.640
IRPJ	1079	3.638	7.744	5.879
Retenções IRRF/CSLL/COFINS	251	-	4.166	1.971
COFINS	56	1.662	6.178	7.012
PIS	10	360	1.338	1.586
CSLL	393	1.318	2.860	2.026
Outros	-	621	3.421	4.240
Total Circulante	1.798	7.881	117.496	100.938
Total Não Circulante		-	1.584	1.369

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S/A, CEB Lajeado S/A é o lucro real anual com antecipações mensais.

b) Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído aos terrenos. Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB Distribuição S/A, como aporte de capital e está registrado como disponível para alienação. Os passivos fiscais diferidos serão realizados somente por oportunidade da venda dos terrenos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
IRPJ	71.522	71.522	71.522	71.522
CSLL	25.748	25.748	25.748	25.748
COFINS				
PIS				
Total Não Circulante	97.270	97.270	97.270	97.270

19 ENCARGOS REGULATÓRIOS

Descrição	Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (a)	32.819	30.937
Consumidores	6.837	6.043
Encargos do Consumidor a Recolher	13.314	14.871
Contribuição de Iluminação Pública (c)	64.825	54.318
Total Circulante	117.795	106.169
Superávit de baixa renda (b)	78.692	74.688
Total Não Circulante	78.692	74.688

a) Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (Consolidado)

A Controlada CEB Distribuição, por ser uma distribuidora, do segmento de energia elétrica é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo a ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/03/2004 e 28/03/2007, respectivamente. A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/04/2006, nº 300, de 12/02/2008 e nº 316, de 13/05/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 01/01/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	30.06.2011	31.12.2010
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	387	238
Ministério de Minas e Energia (MME)	193	114
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	7.168	6.811
Programa de Eficiência Energética (PEE)	<u>25.071</u>	<u>23.774</u>
	<u>32.819</u>	<u>30.937</u>

b) Superávit de Baixa Renda (Consolidado)

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda. A ANEEL deverá estabelecer os procedimentos a serem adotados para o ressarcimento aos consumidores.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

No exercício de 2009 foi realizado o montante de R\$ 22.984, relativo ao valor homologado em 26.08.2008.

c) Contribuição de Iluminação Pública (Consolidado)

A Contribuição de iluminação pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27/12/2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública. e
- II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

20 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é assim demonstrado:

Entidades	Controladora		Consolidado		Encargos
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	
Banco do Brasil S.A.	-	-	633	4.375	CDI + SPREAD de 1,57% a.a
ELETRORÁS	-	-	57.131	66.358	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. de Adm. + variação da
Banco do Brasil S.A. (FCO I, II e III)	-	-	97.544	93.906	Juros de 10% a.a atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de
Banco do Brasil S.A. (Finame)	-	-	8.501	8.501	Juros de 4,5% a.a
Banco do Brasil S.A.	-	-	5.388	21.538	CDI + juros de 2,99% a.a.
Banco Bic Banco S.A	-	-	7.784	29.000	CDI + juros de 0,50 a.m
Banco Mercantil do Brasil S.A	-	-	-	15.000	CDI + juros de 0,65% (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal	-	-	189.483	198.948	CDI + juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal	-	-	833	5.834	CDI + juros de 0,32% ao mês.
BNDES	-	-	32760	34.103	TJLP + 1,72% ao ano.
Banco CEF	-	-	50.676	-	129% do CDI Cetip
Caixa Econômica Federal	-	-	-	8.666	100% CDI + juros de 0,32% a.m.
CEB Lajeado	4.667	8.666	-	-	CDI+ Juros de 3,90% ao ano.
Caixa Econômica Federal	-	-	5404	-	100% CDI + juros de 0,32% a.m
Total	4.667	8.666	456.137	486.229	
Total do Circulante	4.667	8.000	143.975	154.199	
Total do Não Circulante	-	666	312.162	332.030	

As obrigações são atualizadas pela variação monetária e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos.

As dívidas de longo prazo consolidadas serão liquidadas até o ano de 2023 e possuem seus vencimentos anuais conforme cronograma a seguir:

ANO	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
VALOR	45.846	76.405	66.651	46.422	76.838	312.162

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

21 PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS FISCAIS E REGULATÓRIOS

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

a) Quadro demonstrativo da composição das provisões:

Provisões	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Trabalhistas	30	30	4.434	4.921
Cíveis	298	298	7.060	7.654
Regulatórias/Fiscais	7.560	9.612	48.824	62.248
TOTAL	7.888	9.940	60.318	74.823
Total Circulante	7.888	9.940	15.909	20.547
Total Não Circulante			44.409	54.276

b) Quadro demonstrativo da movimentação das provisões:

Controladora					
	31.12.2010	Constituição	Atualizações	Baixa/(Reversão)	30.06.2011
Trabalhistas	30	-	-	-	30
Cíveis	298	-	-	-	298
Fiscais	9.612	-	-	(2.052)	7.560
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	9.940	-	-	(2.052)	7.888

Consolidado					
	31.12.2010	Constituição	Atualizações	Baixa/(Reversão)	30.06.2011
Trabalhistas	4.921	845	(561)	(771)	4.434
Cíveis	7.654	359	26	(979)	7.060
Regulatórias/Fiscais	62.248	2.471	1.405	(17.300)	48.824
TOTAL	74.823	3.675	870	(19.050)	60.318

A Administração da Controladora e de suas controladas consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

c) Breve histórico das contingências

c.1) Demandas Trabalhistas

Os principais pedidos do objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicional de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das provisões trabalhistas é com base na Taxa Referencial – TR.

c.2) Demandas Cíveis

A maioria das causas cíveis são relacionadas a pleitos de danos materiais e morais além de discursões quanto a relação de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das provisões cíveis é com base no INPC.

c.3) Demandas Regulatórias

As principais provisões regulatórias são decorrentes das multas interposta pela ANEEL no processo de fiscalização sendo que a Companhia ajuizou ações na Justiça Federal contra as respectivas multas. As principais provisões regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e relativas à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A movimentação ocorrida em junho de 2011, refere-se substancialmente a reversão de provisão no montante de R\$ 15.258 efetuado pela Controlada CEB Distribuição, cuja decisão da Companhia foi de assumir o pagamento de multas aplicadas pelo órgão regulador. A Companhia, juntamente com seus assessores legais, concluiu pela precariedade de êxito no Judiciário para desconstituição dos efeitos dos Autos de Infração.

c.4) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP, CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.

c.5) Contingências trabalhistas e cíveis – risco possível

A Companhia possui processos trabalhistas e cíveis nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

constituída. O valor quantificável no momento, em tais processos, é de R\$ 1.134 em 30 de junho de 2011 (R\$ 1.329 em 2010), substancialmente.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

c.6) Outras Contingências

A coligada Corumbá Concessões foi notificada em dezembro de 2006 pela acionista Serveng Civilsan S.A a respeito de um pleito para ressarcimento por perdas e danos originado da execução de um contrato de obra, cujo valor é de R\$ 122.601. Até a data de encerramento destas informações financeiras intermediárias não foram identificadas evidências objetivas quanto à procedência do mérito do pleito bem como quanto aos valores envolvidos. A administração, com base nas normas para registro de provisões e passivos contingentes, contidas no CPC 25 e IAS 37, entende que o referido pleito não é uma obrigação ou uma contingência cuja probabilidade de desembolso de caixa seja provável. Como consequência, nenhuma provisão foi consignada nas informações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2011.

22 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Descrição	30.06.2011	31.12.2010
Plano de previdência (a)	116.191	118.213
Plano de assistência (b)	113.278	109.699
Programa de demissão voluntária (c)	<u>35.634</u>	<u>43.359</u>
	<u>265.103</u>	<u>271.271</u>
Total circulante	<u>52.940</u>	<u>55.614</u>
Total não circulante	<u>212.163</u>	<u>215.657</u>

a. Planos de benefícios

A Companhia é patrocinadora da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB Distribuição S.A. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida

Os montantes relativos ao plano de Previdência e Assistência que tiveram efeito no resultado são os seguintes:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	30.06.2011	30.06.2010
Previdência	2.561	2.360
Assistência	9.411	4.768
Total	11.972	7.128

b. Contrato de dívida atuarial

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 30 de junho de 2011:

Contrato 083/2001	Total	Circulante	Não circulante
Passivo contratual em 31/12/2010	114.198	25.659	88.539
Amortização no período	(10.302)	(10.302)	-
Atualizações no período	8.939	1.818	7.121
Transferências para o circulante	-	8.242	(8.242)
Passivo contratual em 30/06/2011	<u>112.835</u>	<u>25.417</u>	<u>87.418</u>

Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo está assim contabilizada:

	30.06.2011	31.12.2010
Contribuições para o plano	3.356	4.015
Contrato de dívida (b)	<u>112.835</u>	<u>114.198</u>
Total	<u>116.191</u>	<u>118.213</u>

c. Programa de desligamento voluntário

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2009 obrigações com dois Programas de Desligamento Voluntário, o Programa de Desligamento Voluntário I (de 2005 a 2009) e o Programa de Desligamento Voluntário II (de 2006 a 2015).

O Programa de Desligamento Voluntário - PDV I implementado em 2005 pela Companhia Energética de Brasília - CEB contou com a adesão de 212 empregados que tinham condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2005 a 2009. As obrigações foram extintas no decorrer do exercício de 2009, sendo as últimas indenizações pagas em janeiro de 2010.

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II no período:

Descrição	Total	Circulante	Não circulante
Passivo em 31/12/2010	43.359	16.852	26.507
Amortização no período	(8.092)	(8.092)	-
Atualizações no período	367	-	367
Transferências para o circulante	-	6.619	(6.619)
Passivo em 30/06/2011	35.634	15.379	20.255

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056, em 31 de março de 2011, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro 2009 e 01 de janeiro de 2009. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias	PNA	PNB	Total	%
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	4.088.677	-	2.265.601	6.354.278	69,1927
CENTRAIS ELETRICAS BRAS SA	-	194.377	107.707	302.084	3,2894
CIA URBANIZADORA DA N C DO BR NOVACAP	150.473	-	83.379	233.852	2,5464
REGIUS SOCIEDADE CIVIL DE PREVIDENCIA PRIVADA	97.380	42.020	71.813	211.213	2,2999
BRADESCO CAPITALIZACAO S/A	57.340	129.920	-	187.260	2,0391
OPPORTUNITY LOGICA II FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES	44.600	-	24.713	69.313	0,7548
FUNDO MUTUO INV ACOES CART LIVRE MISTYQUE	-	-	115.800	115.800	1,2610
VINCI GAS CANOY DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES	33.200	76.900	-	110.100	1,1989
INTERNATIONAL MARKETS INVESTMENTS C.V.	29.800	-	15.958	45.758	0,4983
CLUBE DE INVESTIMENTOS MVA	-	-	94.800	94.800	1,0323

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS**

OUTROS	74.962	869.785	514.253	1.459.000	15,8873
Total	4.576.432	1.313.002	3.294.024	9.183.458	100

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056, em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Trata-se de valor aportado pela Secretaria de Obras do Governo do Distrito Federal, em atendimento a Lei No. 3.589/2005 e pela Lei No. 3.710/2005, cujos valores a Companhia destinou para a realização de aportes na CEB Participações para viabilização de sua participação na Corumbá Concessões S.A.

O total do adiantamento será objeto de aprovação de Acordo de Acionistas e de deliberação na Assembleia Geral de Acionistas, que ocorrerá em 2012. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS****24 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO****a) Receita Líquida**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
RECEITA OPERACIONAL	11.257	24.237	1.001.525	911.181
Fornecimento de energia elétrica	-	-	900.987	817.066
Energia de Curto Prazo	-	-	9.509	6.383
Disp. do Sistema de Transm. e Distrib.	-	-	15.480	11.391
Receita da Prestação de Serviços	11.257	24.237	14.265	25.735
Arrendamento e Aluguéis	-	-	9.498	7.078
Receita de Construção	-	-	47.662	39.326
Outras receitas operacionais	-	-	4.124	4.202
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(1.268)	(2.726)	(347.855)	(305.862)
Impostos	(227)	(485)	(181.043)	(167.445)
Contribuições	(1.041)	(2.241)	(92.393)	(78.670)
Encargos do Consumidor	-	-	(74.419)	(59.747)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.989	21.511	653.670	605.319

	Controladora		Consolidado	
	01.04.2011 a 30.06.2011	01.04.2010 a 30.06.2010	01.04.2011 a 30.06.2011	01.04.2010 a 30.06.2010
RECEITA OPERACIONAL	6.960	12.392	510.500	471.156
Fornecimento de energia elétrica	-	-	454.146	403.496
Energia de Curto Prazo	-	-	3.644	5.581
Disp. do Sistema de Transm. e Distrib.	-	-	8.363	5.518
Receita da Prestação de Serviços	6.960	12.392	12.901	25.031
Arrendamento e Aluguéis	-	-	5.480	3.499
Receita de Construção	-	-	24.567	24.495
Outras receitas operacionais	-	-	1.399	3.536
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(783)	(1.394)	(177.460)	(154.949)
Impostos	(139)	(248)	(92.332)	(84.613)
Contribuições	(644)	(1.146)	(47.842)	(40.391)
Encargos do Consumidor	-	-	(37.286)	(29.945)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.177	10.998	333.040	316.207

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS****b) Custo com Energia Elétrica**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Custo com Energia Elétrica	-	-	(356.805)	(337.485)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(260.319)	(246.546)
Energia elétrica comprada p/ revenda CP	-	-	(3.820)	(2.435)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(66.740)	(63.329)
Arrendamento	-	-	(19.460)	(20.430)
Compen. Financ. Utiliz. De Recursos Hidricos	-	-	(3.514)	(2.511)
Custo de bens e/ou serviços	-	-	(2.952)	(2.234)
Custo de Operação	-	-	(133.588)	(110.274)
Pessoal e Administradores	-	-	(32.882)	(26.076)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(1.152)	(1.062)
Material	-	-	(1.086)	(1.345)
Serviço de Terceiros	-	-	(17.903)	(20.122)
Depreciação e Amortização	-	-	(30.557)	(20.654)
Taxa de Fiscalização de Serv. Ener. Elétrica	-	-	(1.383)	(1.204)
Custo de Construção	-	-	(47.662)	(39.326)
Outros Custos de Operação	-	-	(963)	(485)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(10.326)	(20.440)	(10.326)	(20.440)
Pessoal	-	-	-	-
Material	-	(213)	-	(213)
Serviço de Terceiros	(10.326)	(20.227)	(10.326)	(20.227)
Outros Custos	-	-	-	-
TOTAL	(10.326)	(20.440)	(500.719)	(468.199)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	01.04.2011 a 30.06.2011	01.04.2010 a 30.06.2010	01.04.2011 a 30.06.2011	01.04.2010 a 30.06.2010
	-	-	-	-
Custo com Energia Elétrica	-	-	(178.927)	(171.318)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(132.358)	(126.280)
Energia elétrica comprada p/ revenda CP	-	-	(1.253)	(964)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(32.265)	(32.715)
Arrendamento	-	-	(9.730)	(9.250)
Compen. Financ. Utiliz. De Recursos Hídricos	-	-	(1.779)	(918)
Custo de bens e/ou serviços	-	-	(2.952)	(1.191)
Outros	-	-	1.410	-
	-	-	-	-
Custo de Operação	-	-	(67.386)	(57.693)
Pessoal e Administradores	-	-	(17.255)	(13.845)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(558)	(557)
Material	-	-	(654)	(592)
Serviço de Terceiros	-	-	(8.254)	(9.577)
Depreciação e Amortização	-	-	(15.264)	(10.349)
Taxa de Fiscalização de Serv. Ener. Elétrica	-	-	(650)	(595)
Custo de Construção	-	-	(24.567)	(24.495)
Outros Custos de Operação	-	-	(184)	2.317
	-	-	-	-
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(5.581)	(9.335)	(5.581)	(9.335)
Pessoal	-	-	-	-
Material	-	(213)	-	(213)
Serviço de Terceiros	(5.581)	(9.122)	(5.581)	(9.122)
Outros Custos	-	-	-	-
	-	-	-	-
TOTAL	(5.581)	(9.335)	(251.894)	(238.346)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS****c) Custos e Despesas Operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Despesas com vendas	-	-	(42.084)	(30.487)
Pessoal e Administradores	-	-	(4.756)	(5.607)
Material	-	-	(1.911)	(20)
Serviço de Terceiros	-	-	(21.262)	(20.852)
Propaganda e Publicidade	-	-	(10)	(1.446)
Depreciação e Amortização	-	-	-	-
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	-	-	(13.273)	(1.640)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	-	-	-	-
Benefício a Empregados	-	-	-	-
Outras provisões(reversões)	-	-	-	-
Outras Despesas	-	-	(872)	(922)
Despesas gerais e administrativas	(3.027)	(3.573)	(47.747)	(64.496)
Pessoal e Administradores	(344)	(556)	(29.641)	(27.992)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(1.408)	(1.298)
Material	(3)	(118)	(1.211)	(1.602)
Serviço de Terceiros	(2.540)	(3.086)	(18.485)	(21.126)
Depreciação e Amortização	(32)	(26)	(1.116)	(1.008)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	-	354	11.602	10.136
Benefício a Empregados	-	-	(3.578)	(16.433)
Outras provisões (reversões)	-	-	-	3.358
Outras Despesas	(108)	(141)	(3.910)	(8.531)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	2.012	6.162	1.472	6.158
TOTAL	(1.015)	2.589	(88.359)	(88.825)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	01.04.2011 a 30.06.2011	01.04.2010 a 30.06.2010	01.04.2011 a 30.06.2011	01.04.2010 a 30.06.2010
Despesas com vendas	-	-	(25.199)	(16.098)
Pessoal e Administradores	-	-	(2.473)	(2.781)
Material	-	-	(1.116)	(9)
Serviço de Terceiros	-	-	(11.363)	(10.248)
Propaganda e Publicidade	-	-	(6)	(53)
Depreciação e Amortização	-	-	-	-
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	-	-	(9.822)	(2.452)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	-	-	-	-
Benefício a Empregados	-	-	-	-
Outras provisões(reversões)	-	-	-	-
Outras Despesas	-	-	(419)	(555)
	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(1.168)	(2.157)	(12.319)	(31.181)
Pessoal e Administradores	(148)	(328)	(15.364)	(17.187)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(683)	(681)
Material	(1)	(53)	(519)	(839)
Serviço de Terceiros	(985)	(1.716)	(9.516)	(15.105)
Depreciação e Amortização	(16)	(13)	(552)	(560)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	-	-	17.434	12.674
Benefício a Empregados	-	-	(1.487)	(7.399)
Outras provisões (reversões)	-	-	-	4.007
Outras Despesas	(18)	(47)	(1.632)	(6.091)
	-	-	-	-
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(40)	-	(28)	(4)
	-	-	-	-
TOTAL	(1.208)	(2.157)	(37.546)	(47.283)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

d) Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Receitas Financeiras	116	22	17.909	13.923
Acréscimo moratório em conta de energia			3.260	4.658
Variação cambial sobre faturas de energia			931	1.324
Rendimentos sobre aplicações financeiras	81		3.014	1.755
Atualizações monetárias			4.106	2.310
Multas e penalidades aplicadas			1.498	566
Outras receitas financeiras	35	22	5.100	3.310
Despesas Financeiras	(752)	(1.233)	(69.927)	(45.902)
Encargos de dívidas	(722)	(1.179)	(29.401)	(28.780)
Variação Cambial sobre faturas de energia			(163)	(1.707)
Atualizações monetárias			(15.376)	359
Atualização benefício pós-emprego			(4.488)	(9.782)
Compensação de descontinuidade de energia			(3.334)	-
Multas e penalidades aplicadas	(30)		(15.278)	-
Outras Despesas financeiras		(54)	(1.887)	(5.992)
TOTAL	(636)	(1.211)	(52.018)	(31.979)

	Controladora		Consolidado	
	01.04.2011 a 30.06.2011	01.04.2010 a 30.06.2010	01.04.2011 a 30.06.2011	01.04.2010 a 30.06.2010
Receitas Financeiras	96	-	8.665	7.138
Acréscimo moratório em conta de energia	-	-	1.094	1.985
Variação cambial sobre faturas de energia	-	-	655	474
Rendimentos sobre aplicações financeiras	61	-	1.608	1.755
Atualizações monetárias	-	-	2.050	1.417
Multas e penalidades aplicadas	-	-	327	262
Outras receitas financeiras	35	-	2.931	1.245
-	-	-	-	-
Despesas Financeiras	(284)	(653)	(41.370)	(27.790)
Encargos de dívidas	(283)	(599)	(7.124)	(16.423)
Variação Cambial sobre faturas de energia	-	-	(163)	(797)
Atualizações monetárias	-	-	(12.889)	3.013
Atualização benefício pós-emprego	-	-	(3.512)	(7.896)
Compensação de descontinuidade de energia	-	-	(1.457)	-
Multas e penalidades aplicadas	(1)	-	(14.482)	-
Outras Despesas financeiras	-	(54)	(1.743)	(5.687)
-	-	-	-	-
TOTAL	(188)	(653)	(32.705)	(20.652)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

25 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração/Conselho Fiscal e Diretoria da CEB são apresentados como segue:

Benefícios de Curto Prazo	
	30.06.2011
Conselho de Administração	212
Conselho Fiscal	123
Diretoria	1.455
Total	1.790

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

Sumário das transações com partes relacionadas

A CEB celebrou Contrato com a CEB Distribuição S.A. para Rateio/Ressarcimento de Despesas e Custos Diretos e Indiretos.

A relação de suas participações em empresas coligadas e controladas está demonstrada na Nota Explicativa 01.

Os saldos das operações ativas e passivas da CEB com as partes relacionadas no período são os seguintes:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Transações com Partes Relacionadas	Vínculo com a CEB-Holding	Condições de realização das transações	30.06.2011	31.12.2010
Ativo			149.191	140.915
Créditos a receber por cessão de pessoal da CEB Distribuição com a CEB-Holding (b)	CEB Distribuição (Está sob controle comum)	a)	1.829	1.556
	CEB Geração e CEB Distribuição (Estão sob controle comum)	a)	33	58
Créditos a receber por cessão de pessoal da CEB Distribuição com a CEB-Geração (b)	CEB Lajeado e CEB Distribuição (Estão sob controle comum)	a)	40	
Créditos a receber por cessão de pessoal da CEB Distribuição com a CEB-Lajeado (b)	Governo do Distrito Federal (Controlador)	b)	109.054	102.756
Créditos a receber de fatura de energia elétrica (fornecimento e serviço) - GDF	Governo do Distrito Federal (Controlador)	c)	25.203	23.636
Créditos a receber de serviços prestados ao GDF (Serviços de IP) - GDF	CEB Lajeado (Está sob controle comum) e Corumbá III (Participa do grupo controlador)	f)	9.800	9.677
Dividendos e JCP a receber, entre a CEB Holding e o grupo	Corumbá Concessões (Coligada)	g)	3.232	3.232
Adiantamento para futuro aumento de capital, entre a CEB Holding e a Corumbá Concessões				
Passivo			92.436	84.944
Suprimento de Energia da CEB Lajeado para a CEB Distribuição	CEB Lajeado (Está sob controle comum)	d)	8.194	8.847
Suprimento de Energia da Corumbá Concessões para a CEB Distribuição	Corumbá Concessões (Coligada)	d)	9.731	9.063
Suprimento de Energia da Corumbá III para a CEB Distribuição	Corumbá III (Participa do grupo controlador)	d)	2.397	2.549
	Governo do Distrito Federal (Controlador)	i)	64.825	54.318
Contribuição de Iluminação Pública - GDF	CEB Participações (Está sob controle comum)	f)	-	1.500
Adiantamento de Dividendos, entre a CEB Participações e a CEB Holding	CEB Geração (Está sob controle comum)	f)	2.622	-
Adiantamento de Dividendos, entre a CEB Geração e a CEB Holding	CEB Lajeado (Está sob controle comum)	h)	4.667	8.667
Empréstimo entre a CEB Holding e a CEB Lajeado				

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Transações com Partes Relacionadas	Vínculo com a CEB-Holding	Condições de realização das transações	30.06.2011	31.12.2010
Receita			11.272	24.251
Receita de Prestação de Serviços de Manutenção e Obras do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal (a)	Governo do Distrito Federal (Controlador)	j)	11.257	24.237
Receita de Locação, da CEB Distribuição com a CEB Holding (c)	CEB Distribuição (Está sob controle comum)	e)	15	14
Despesa			119.022	118.326
Energia comprada para revenda pela CEB Distribuição da Corumbá III	Corumbá III (Participa do grupo controlador)	d)	14.531	13.476
Energia comprada para revenda pela CEB Distribuição da CEB Lajeado S.A	CEB Lajeado (Está sob controle comum)	d)	48.650	52.425
Energia comprada para revenda pela CEB Distribuição da Corumbá Concessões.	Corumbá Concessões (Coligada)	d)	55.841	52.425

As transações com partes relacionadas são praticadas conforme as condições resumidas abaixo:

- a) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a outras empresas do Grupo CEB. As empresas beneficiárias efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos à CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.
- b) Fornecimento de energia elétrica ao GDF, onde é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público.
- c) Correspondente a créditos a receber (fornecimento de energia, multa e juros por atraso) da CAESB, renegociados com a CEB D e atualizados pelo INPC até data da renegociação, para pagamento em 48 parcelas fixas, acrescidas de com encargos de 1% ao mês.
- d) Contratos bilaterais de Suprimento de Energia com empresas do grupo, com prazos de vigência até 07/07/2015. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato.
- e) Contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M, com vencimento previsto para 11 de fevereiro de 2012. Os valores são acordados entre as partes e o contrato e as renovações têm a anuência do órgão regulador.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

- f) Os valores são calculados de previsão legal/societária e estatutária.
- g) Refere-se ao valor efetivamente desembolsado/adiantado pelo GDF para futuro aumento de capital.
- h) Refere-se a empréstimo obtido pela Controlada CEB Lajeado e repassado a Controladora. O contrato de empréstimo com a Controlada foi celebrado nas mesmas condições de contratação efetuadas pela controlada junto à instituição financeira, incluído prazo, taxa de juros e encargos.
- i) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A arrecadação da CIP é efetuada pela CEB D na fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores e repassada mensalmente ao GDF.
- j) Corresponde a serviços de Iluminação Pública e manutenção, executados pela Companhia Energética de Brasília – CEB ao GDF. Os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

26 SEGUROS

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA – Usina Hidrelétrica do Paranoá e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição – componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB Distribuição S.A., conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico – estão cobertos, até 02 de dezembro de 2010, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.698.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

Os componentes dessa nota explicativa não compõem o escopo de trabalho dos nossos Auditores Independentes.

27 EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) A Companhia possui créditos devidos pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, controlada pelo Governo do Distrito Federal, que estavam judicializados e se referem a valores vencidos há mais de 360 dias, compostos por multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. A CAESB assinou um termo de confissão de dívida em 10 de agosto de 2011, cujo valor atualizado nesta data foi de R\$ 22.334 mil que será pago em 48 parcelas iguais no montante de R\$ 588 vencendo a primeira em 20 de agosto de 2011.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

- b) Em dezembro de 2011, por meio das Resoluções de Diretoria de n.ºs. 081, de 01.12.2011, 084, de 13.12.2011 e 087, de 20.12.2011, a Companhia Energética de Brasília - CEB autorizou o aporte de capital no montante de R\$ 25,5 milhões na CEB Distribuição S/A., a fim de atender ao compromisso de subscrição de ações, conforme Resoluções ANEEL n.ºs. 318/2005 e 958/2007. Os recursos aportados tiveram o seguinte cronograma: R\$ 3,0 milhões em 01.12.2011, R\$ 2,5 milhões em 14.12.2011 e R\$ 20,0 milhões em 21.12.2011.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

28 OUTRAS INFORMAÇÕES

O reajuste tarifário acontece anualmente e tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis da concessão (energia comprada para fornecimento, encargos setoriais e encargos de transmissão) e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 26 de agosto de 2011 o reajuste tarifário anual da CEB D. O reajuste médio ficou em 8,15% para o período de 12 meses, sendo 6,86% econômico e 1,29% de componente financeiro. O efeito médio desse reajuste percebido pelos consumidores cativos é de 6,36%.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

RUBEM FONSECA FILHO

Diretor-Presidente

EDGARD KETELHUT MINARI

Diretor

MAURO MARTINELLI PEREIRA

Diretor

JOEL ANTONIO DE ARAUJO

Diretor de Relações com Investidores

VALDAIR TAVARES DA FONSECA

**Contador
CRC – DF 8.269/0**

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética de Brasília - CEB
Brasília - DF

1. Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília - CEB ("Companhia"), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

2. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

4. Parcela do saldo consolidado da rubrica "Depósitos e bloqueios judiciais - Ativo não circulante" (Nota Explicativa nº 11) e parcela do saldo da rubrica "Bens destinados a alienação – Ativo não circulante" (Nota Explicativa nº 12), nos valores de R\$ 7,4 milhões e R\$ 8 milhões, respectivamente, em 30 de junho de 2011, estão em processo de conciliação com os respectivos documentos comprobatórios. O atual estágio do processo de conciliação não permitiu a aplicação de procedimentos de revisão para podermos concluir sobre a adequação dos referidos saldos.

5. Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB Distribuição S.A. são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre o faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Neste contexto, a Controladora vem compensando, mensalmente, parte do referido crédito e mantém registrados no ativo valores avaliados pela Administração como possíveis de compensação futura (Nota Explicativa nº 8). Para o atendimento aos critérios de compensação determinados pela legislação fiscal, é necessário manter um conjunto de controles analíticos e estudo sobre eventuais perdas desses créditos, que possibilitem demonstrar que as compensações estão sendo realizadas em conformidade com a referida legislação. Como a Companhia está em processo de preparação dos citados controles e avaliações, não foi possível avaliarmos a adequação das compensações dos créditos tributários já realizados, tampouco a necessidade de ajustes nas informações financeiras intermediárias, em decorrência da não realização dos referidos créditos, cujo saldo, em 30 de junho de 2011, totaliza R\$ 16,7 milhões.

6. A controlada CEB Distribuição S.A. não dispõe de controles que possibilitem a identificação dos custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à construção ou produção dos ativos utilizados em sua atividade operacional. Como consequência, não foi possível identificar o montante dos custos dos empréstimos que deveriam ser capitalizados como parte do custo do ativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos e pela norma internacional IAS 23 – Borrowing Costs, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo International Accounting Standards Board - IASB, respectivamente. Não foi praticável calcular os valores que deveriam ser capitalizados e que foram registrados como despesa nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2011.

7. A controlada CEB Lajeado S.A. é proprietária de ações preferenciais cumulativas e resgatáveis classes "A" e "B" emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro e, conseqüentemente, foram classificadas na rubrica "Títulos e créditos a receber - Outros créditos", no ativo não circulante consolidado (Nota Explicativa nº 9). Entretanto, o referido instrumento financeiro não foi avaliado a valor justo conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e está sendo apresentado pelo valor patrimonial (R\$ 17,3 milhões em 30 de junho de 2011). Não nos foi praticável determinar a magnitude dos efeitos nas informações financeiras intermediárias pela não avaliação do referido instrumento financeiro a valor justo.

8. As notas explicativas às informações financeiras intermediárias possuem as seguintes omissões de informações que são requeridas

pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB): (a) os valores justos de todos os instrumentos financeiros, método de apuração do valor justo e comparação do valor justo com os valores consignados nas informações financeiras intermediárias; e (b) informações quantitativas sobre os riscos no contexto consolidado do Grupo (Nota Explicativa nº 4).

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias individuais

9. Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais ajustes que poderiam ser necessários decorrentes dos assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 7 e exceto pela ausência de informações descritas no parágrafo 8, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias consolidadas

10. Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais ajustes que poderiam ser necessários decorrentes dos assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 7 e exceto pela ausência de informações descritas no parágrafo 8, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

11. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7, faturamentos da controlada CEB Distribuição S.A., relativos ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, bem como valores referentes a encargos por pagamentos em atraso, não foram liquidados financeiramente e estão registrados na rubrica "Contas a receber", no ativo não circulante do consolidado, cujo saldo, em 30 de junho de 2011, totaliza R\$ 109,0 milhões. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente, perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

12. A controlada CEB Distribuição S.A. apresenta histórico de deficiência de capital de giro e de baixa ou negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes às atividades operacionais e por exigência do órgão regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Os planos da Administração para manutenção das atividades, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. As informações financeiras intermediárias referidas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

13. A coligada Corumbá Concessões S.A. apresenta, em 30 de junho de 2011, situação financeira desfavorável, representada por excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante. Os planos da Administração relacionados a esse assunto e que foram descritos nas notas explicativas às informações financeiras intermediárias da Corumbá Concessões S.A. são os seguintes: otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais; buscar parcerias com órgãos regulatórios para vislumbrar alternativas de eficiência energética; buscar parcerias com comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização, a fim de manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente; aferir e otimizar sistematicamente os custos operativos; rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente, e diminuir os custos de financiamentos, adequando-os à capacidade de geração de caixa operacional; e investir em processos de governança corporativa (código de ética, processo de compras e contratos, intranet corporativa etc.). As informações financeiras intermediárias dessa coligada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial, não incluem ajustes decorrentes de incertezas quanto à continuidade operacional da Coligada. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

14. A controlada Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS entrou em operação parcial desde 8 de fevereiro de 2007. A operação parcial é realizada por meio do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores. Para que essa operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural, ligando o gasoduto Brasil-Bolívia ao Distrito Federal. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido com seus acionistas ou com terceiros. As informações financeiras intermediárias dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem ajustes que poderiam ser requeridos no caso de a controlada não conseguir viabilizar suas operações de forma plena. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Reapresentação das informações financeiras trimestrais de 2010

15. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2, no ano de 2009 foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com

vigência para o ano de 2010, que alteraram certas práticas contábeis adotadas no Brasil e introduziram as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) no Brasil. Essas alterações, que estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2, foram adotadas pela Companhia na elaboração de suas Informações Trimestrais individuais e consolidadas de 2010, que estão sendo apresentadas para fins de comparação. Os assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 8, do item “Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas”, também se aplicam às Informações Trimestrais.

Informações financeiras intermediárias do valor adicionado

16. Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 8, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 15 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC SP-175348/O-5 S-DF Contador CRC DF-012460/O-2